



A large, multi-story building with many windows and a green roof is visible in the background. A Brazilian flag flies from a pole in front of the building. The sky is clear and blue.

Simulado Especial

CGM SP

Auditor Municipal de Controle
Interno - Área de Especialização
Geral - Pós-Edital

Simulado

Simulado CGM-SP (Auditor Municipal de Controle Interno - Área de Especialização Geral)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **CARGO da INSTITUIÇÃO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/iqkS7q4bbruonw1VA>

01 - A B C D E	31 - A B C D E	61 - A B C D E	91 - A B C D E	121 - A B C D E	151 - A B C D E	181 - A B C D E	211 - A B C D E
02 - A B C D E	32 - A B C D E	62 - A B C D E	92 - A B C D E	122 - A B C D E	152 - A B C D E	182 - A B C D E	212 - A B C D E
03 - A B C D E	33 - A B C D E	63 - A B C D E	93 - A B C D E	123 - A B C D E	153 - A B C D E	183 - A B C D E	213 - A B C D E
04 - A B C D E	34 - A B C D E	64 - A B C D E	94 - A B C D E	124 - A B C D E	154 - A B C D E	184 - A B C D E	214 - A B C D E
05 - A B C D E	35 - A B C D E	65 - A B C D E	95 - A B C D E	125 - A B C D E	155 - A B C D E	185 - A B C D E	215 - A B C D E
06 - A B C D E	36 - A B C D E	66 - A B C D E	96 - A B C D E	126 - A B C D E	156 - A B C D E	186 - A B C D E	216 - A B C D E
07 - A B C D E	37 - A B C D E	67 - A B C D E	97 - A B C D E	127 - A B C D E	157 - A B C D E	187 - A B C D E	217 - A B C D E
08 - A B C D E	38 - A B C D E	68 - A B C D E	98 - A B C D E	128 - A B C D E	158 - A B C D E	188 - A B C D E	218 - A B C D E
09 - A B C D E	39 - A B C D E	69 - A B C D E	99 - A B C D E	129 - A B C D E	159 - A B C D E	189 - A B C D E	219 - A B C D E
10 - A B C D E	40 - A B C D E	70 - A B C D E	100 - A B C D E	130 - A B C D E	160 - A B C D E	190 - A B C D E	220 - A B C D E
11 - A B C D E	41 - A B C D E	71 - A B C D E	101 - A B C D E	131 - A B C D E	161 - A B C D E	191 - A B C D E	221 - A B C D E
12 - A B C D E	42 - A B C D E	72 - A B C D E	102 - A B C D E	132 - A B C D E	162 - A B C D E	192 - A B C D E	222 - A B C D E
13 - A B C D E	43 - A B C D E	73 - A B C D E	103 - A B C D E	133 - A B C D E	163 - A B C D E	193 - A B C D E	223 - A B C D E
14 - A B C D E	44 - A B C D E	74 - A B C D E	104 - A B C D E	134 - A B C D E	164 - A B C D E	194 - A B C D E	224 - A B C D E
15 - A B C D E	45 - A B C D E	75 - A B C D E	105 - A B C D E	135 - A B C D E	165 - A B C D E	195 - A B C D E	225 - A B C D E
16 - A B C D E	46 - A B C D E	76 - A B C D E	106 - A B C D E	136 - A B C D E	166 - A B C D E	196 - A B C D E	226 - A B C D E
17 - A B C D E	47 - A B C D E	77 - A B C D E	107 - A B C D E	137 - A B C D E	167 - A B C D E	197 - A B C D E	227 - A B C D E
18 - A B C D E	48 - A B C D E	78 - A B C D E	108 - A B C D E	138 - A B C D E	168 - A B C D E	198 - A B C D E	228 - A B C D E
19 - A B C D E	49 - A B C D E	79 - A B C D E	109 - A B C D E	139 - A B C D E	169 - A B C D E	199 - A B C D E	229 - A B C D E
20 - A B C D E	50 - A B C D E	80 - A B C D E	110 - A B C D E	140 - A B C D E	170 - A B C D E	200 - A B C D E	230 - A B C D E
21 - A B C D E	51 - A B C D E	81 - A B C D E	111 - A B C D E	141 - A B C D E	171 - A B C D E	201 - A B C D E	231 - A B C D E
22 - A B C D E	52 - A B C D E	82 - A B C D E	112 - A B C D E	142 - A B C D E	172 - A B C D E	202 - A B C D E	232 - A B C D E
23 - A B C D E	53 - A B C D E	83 - A B C D E	113 - A B C D E	143 - A B C D E	173 - A B C D E	203 - A B C D E	233 - A B C D E
24 - A B C D E	54 - A B C D E	84 - A B C D E	114 - A B C D E	144 - A B C D E	174 - A B C D E	204 - A B C D E	234 - A B C D E
25 - A B C D E	55 - A B C D E	85 - A B C D E	115 - A B C D E	145 - A B C D E	175 - A B C D E	205 - A B C D E	235 - A B C D E
26 - A B C D E	56 - A B C D E	86 - A B C D E	116 - A B C D E	146 - A B C D E	176 - A B C D E	206 - A B C D E	236 - A B C D E
27 - A B C D E	57 - A B C D E	87 - A B C D E	117 - A B C D E	147 - A B C D E	177 - A B C D E	207 - A B C D E	237 - A B C D E
28 - A B C D E	58 - A B C D E	88 - A B C D E	118 - A B C D E	148 - A B C D E	178 - A B C D E	208 - A B C D E	238 - A B C D E
29 - A B C D E	59 - A B C D E	89 - A B C D E	119 - A B C D E	149 - A B C D E	179 - A B C D E	209 - A B C D E	239 - A B C D E
30 - A B C D E	60 - A B C D E	90 - A B C D E	120 - A B C D E	150 - A B C D E	180 - A B C D E	210 - A B C D E	240 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/MKTE>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Antônio Vieira é, desde o século XVII, um modelo de nosso idioma, a ponto de Fernando Pessoa, na Mensagem, chamá-lo de “Imperador da língua portuguesa”. Em uma de suas principais obras, o Sermão da Sexagésima, ensina como deve ser o estilo de um texto:

“Aprendamos do céu o estilo da disposição, e também o das palavras. Como hão de ser as palavras? Como as estrelas. As estrelas são muito distintas e muito claras. Assim há de ser o estilo da pregação, muito distinto e muito claro. E nem por isso temais que pareça o estilo baixo; as estrelas são muito distintas, e muito claras e altíssimas. O estilo pode ser muito claro e muito alto; tão claro que o entendam os que não sabem, e tão alto que tenham muito que entender nele os que sabem. O rústico acha documentos nas estrelas para sua lavoura, e o mareante para sua navegação, e o matemático para as suas observações e para os seus juízos. De maneira que o rústico e o mareante, que não sabem ler nem escrever, entendem as estrelas, e o matemático que tem lido quantos escreveram não alcança a entender quanto nelas há.”

Vieira mostra com as estrelas o que sejam a distinção e a clareza. Não são discordantes, como muitos de nós pensamos: uma e outra concorrem para o mesmo fim. Nada mais adequado que, ao tratar de tais virtudes do discurso, fizesse uso de comparação. Este procedimento Quintiliano, no século II d.C., já considerava dos mais aptos para conferir clareza, uma vez que estabelece similaridades entre algo já sabido pelo leitor e aquilo que se lhe quer elucidar. Aqui, compara o bom discurso ao céu, que é de todos conhecido.

(Tales Ben Daud)

01. De acordo com o texto,

- a) um discurso deve ser claro apenas para seu destinatário específico.

- b) Vieira defende que clareza e distinção servem para atender a públicos distintos - respectivamente, os mais rudes e os mais estudados.
- c) Fernando Pessoa, ao chamar Vieira de “Imperador da língua portuguesa”, indica que sua linguagem é diferenciada e, portanto, prescinde de clareza.
- d) um matemático, por ser mais estudado, entende mais da linguagem direcionada a marinheiros ou trabalhadores do campo.
- e) a comparação entre estilo e céu estrelado, feita por Vieira, explicita a complementaridade de duas virtudes textuais: clareza e distinção.

02. No contexto do 2º parágrafo, ao afirmar que “O rústico acha documentos nas estrelas para sua lavoura, e o mareante para sua navegação, e o matemático para as suas observações e para os seus juízos” o autor faz-nos prender que

- a) os textos são compreendidos de maneira igual por todos, independentemente de sua formação ou ocupação.
- b) o conhecimento das estrelas é restrito aos estudiosos, como matemáticos e cientistas.
- c) as estrelas são representações simbólicas, úteis apenas para reflexões filosóficas e abstratas.
- d) um texto deve ser acessível a pessoas com diferentes níveis de instrução e interesses.
- e) a compreensão das estrelas depende exclusivamente de um conhecimento científico especializado.

03. O termo sublinhado em “estabelece similaridades entre algo já sabido pelo leitor e aquilo que se lhe quer elucidar” (3º parágrafo) refere-se a

- a) Quintiliano
- b) clareza
- c) similaridades
- d) leitor
- e) aquilo

04. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) As empresas que optam por encampar a prática da responsabilidade social, conseguem uma melhor imagem no mercado.
- b) Cada qual sabe amar a seu modo, o modo, pouco importa; o essencial, é que saiba amar.
- c) A Igreja não gostou da atitude dos padres, e eles foram excomungados.
- d) O patrão incomodava-se com a estagiária; que se recusava a cumprir suas obrigações, no escritório.
- e) Quando terminam as férias os pais se deparam com um problema: a hora de comprar o material escolar.

05. É adequada a articulação entre os tempos e modos verbais na seguinte frase:

- a) Se você estudasse mais, passará facilmente na prova.
- b) Se eu tivesse dinheiro, compraria um carro no ano passado.
- c) Assim que eles terminaram o projeto, começarão outro.
- d) Caso ele fosse ao encontro, trará informações importantes.
- e) Quando ele chegou, nós já tínhamos terminado o trabalho.

06. É adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- a) A negligência que nota-se hoje em determinadas áreas advém da falta de profissionalismo.
- b) Pedi que perdoasse-me pelo incômodo que provoquei.
- c) Os dados pessoais tornaram-se informações valiosas nos quais empresas de marketing recorrem.
- d) Enviarei-o os pedidos a que foram solicitados.
- e) Os girassóis, a cujo plantio as moças se aplicam, estão sujeitos aos efeitos da mudança do clima.

07. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Cerca de dez mil candidatos se inscreveram para o concurso neste final de semana.
- b) Nos últimos dias, mais de um jornal fizeram alusão ao aumento do dólar.
- c) O comportamento das pessoas, com o avanço da tecnologia, por vezes se tornam robotizados.
- d) Publicam-se, nos jornais do mundo inteiro, notícias alarmantes a respeito da falta de água.
- e) O ambiente estava nublado e ali se via somente ruínas.

08. O sinal indicativo de crase foi usado corretamente APENAS em

- a) Diga àquele cliente que a promoção acabou.
- b) Ele vive à sonhar com as glórias do passado.
- c) A tragédia em Mariana provocou danos irreparáveis à vítimas.
- d) Ele nunca concorreu à vaga alguma na Universidade.
- e) Os professores entregaram flores à todos os formandos.

"As embarcações demandam motores mais potentes, de acordo com executivos."

09. Os termos sublinhados expressam, respectivamente, os seguintes sentidos:

- a) tempo e conformidade.
- b) quantidade e concessão.
- c) intensidade e conformidade.
- d) intensidade e comparação.
- e) quantidade e conformidade

"A criança leu a mente dele?", indagam os professores.

10. Adaptado para o discurso indireto, o trecho assume a seguinte redação:

- a) A criança terá lido sua mente, indagam os professores.
- b) Indagam os professores que a criança leu a mente dele.
- c) Os professores indagaram se a criança tinha lido a mente dele.
- d) Indagaram os professores se a criança teria lido a mente dele.
- e) Os professores indagam se a criança haveria de ler a mente dele.

11. Verifica-se o emprego de vírgula para separar elementos de uma enumeração em:

- a) O prazer é efêmero e pode levar à frustração, depressão, sensação de vazio.
- b) No século passado, mulheres que viviam sós eram objeto de desconfiança.
- c) Trata-se da economia da ansiedade, que é muito explorada em campanhas publicitárias.
- d) Para alguns urbanistas, um elemento fundamental para ser levado em conta é o futuro.
- e) Isso virou hábito na mídia e, provavelmente, em conversas cotidianas.

"Como dois e dois são quatro

Sei que a vida vale a pena

Embora o pão seja caro

E a liberdade pequena (...)"

12. Considerando o contexto, o termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- a) Apesar de
- b) Ainda que
- c) No entanto
- d) Porquanto
- e) Contudo

"Louve-se a insistência dos comerciantes, que jamais morrerão de fome, pedindo providências às autoridades."

13. Ao se transpor o trecho sublinhado acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- a) Seria louvada
- b) Seja louvada
- c) Foi louvado
- d) É louvada
- e) Louvaram

14. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada no seguinte trecho:

- a) É possível criar amizades verdadeiras pela internet e as cultivar à distância?
- b) Por meio de pesquisas, a medicina amplia seu arsenal terapêutico.
- c) A vida dispersa as pessoas, nas preocupações do espírito e na própria carreira que a cada um cabe.
- d) Note que a solidão não me é enfadonha, antes me é grata.
- e) A saída para esse dilema é aprender a gostar do que você faz.

15. O elemento sublinhado em “Chegaram notícias de minha cidade natal” exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) O banco desenvolveu um projeto piloto que já pode ser utilizado em alguns locais.
- b) Começo a compreender a atitude de Machado de Assis
- c) Há na ficção de Machado páginas tão admiráveis quanto duras.
- d) Parece o autor concordar com a afirmação do filósofo.
- e) Chegamos à nossa estação, e descemos do trem.

Com um desejo maciço e permanente.

E de te amar assim, muito e amiúde

É que um dia em teu corpo de repente

Hei de morrer de amar mais do que pude.

MORAES, Vinicius. Livro de sonetos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

16. Predomina no trecho sublinhado a seguinte figura de linguagem:

- a) Anacoluto.
- b) Hipérbole.
- c) Metáfora.
- d) Personificação.
- e) Antítese.

17. Considere a frase a seguir.

Se não temos mais tempo livre, é porque praticamente todo o nosso tempo está preso ao trabalho.

Está mantido o sentido original do trecho acima em:

- a) Embora praticamente todo o nosso tempo esteja preso ao trabalho, não dispomos mais o tempo livre.
- b) O tempo livre é inexistente porque dedicamos parte do nosso dia ao trabalho.
- c) Não há mais tempo livre porque a maior parte do nosso tempo é ocupada com preocupações.
- d) Temos pouco tempo livre, mas ele é suficiente para outras atividades além do trabalho.
- e) A falta de tempo livre é resultado do fato de que estamos quase sempre ocupados com o trabalho.

Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito.

18. Em relação ao trecho que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de

- a) finalidade
- b) causa
- c) explicação
- d) adição
- e) conformidade

Não se conhece a pessoa a cuja atitude você se referiu.

19. Mantém-se correta a expressão sublinhada na frase acima caso se substitua a forma verbal “se referiu” por

- a) entendeu
- b) respeitou
- c) aludiu
- d) se interessou
- e) abordou

20. Identifica-se uma consequência e sua causa, respectivamente, em:

- a) Como a Constituição diz serem os direitos sociais essenciais à busca da felicidade, alguns pensam ser possível obter a felicidade a golpes de lei.
- b) A educação, a segurança, a saúde e outros mais são considerados direitos fundamentais por serem essenciais ao bem estar da população no seu todo.
- c) Haverá felicidade coletiva quando forem adequadamente observados os itens que tornam mais feliz a sociedade.
- d) E a sociedade seria mais feliz se todos tiverem acesso aos básicos serviços públicos de saúde, educação, lazer, entre outros.
- e) A felicidade é um sentimento individual tão efêmero como variável.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

New York is the worst place in the world, my taxi driver told me. Not that night, not to me

The winter night I moved to New York, I sat in the back of a cab, two bulging suitcases stuffed into the boot by the driver who rolled his eyes at my excess. When I told him that I was moving here, though, he lit up. "Today?" he asked, "You're moving here today?" I nodded, jittery and wild eyed. I was sick with nerves and the lunatic sensation of a thing I had dreamed of in vague cinematic terms for my whole life actually taking place. Now he was pleased, the taxi driver. Now he had something he needed to say. "New York," he pronounced, with great relish, "New York is the worst place on planet Earth to live. You could not choose a worse place than this."

I was used to this, expected it. When I moved to London nine years before, I was surrounded by people falling over themselves to tell me why it was a huge mistake and why I was crazy not to go to Berlin, or Lisbon, or the Hebrides. I happily listened to the driver articulate all the reasons why I was going to hate New York, some plausible (money, healthcare), others less so (I would

struggle to find a strong Catholic community). I knew I would hate it here sometimes, and I also knew I couldn't be anywhere else.

It was snowing, and I was an hour too early to be let into the apartment I was subletting for my first month, so I had the driver let me out at the nearest bar and shuffled my things in past the stray smokers grinning at my exertion, and the sceptical doorman who eventually allowed me to stash all my worldly belongings beneath a staircase in exchange for \$20. I sat at the bar and ordered a beer and a shot of whiskey, which I promptly went and threw up into the toilet seconds after ingesting it, my body letting me know it was not accepting any further stimulants than continental relocation at this time.

I walked the 10 blocks to the apartment, enjoying the absurdity of being able to physically drag everything I owned, enjoying the way it hurt my arms to do so and the way the frost gathered on my eyelashes. The owner of the place I was staying in had let me know they would be there one final night before they took off in the morning for their trip. Although I was welcome to stay in the bedroom I was renting that night, and the owner was perfectly amiable, I didn't want to be around a new person, to make conversation. I could have gone to stay with the man I loved and was then in a relationship with, ready to receive me in his warm Park Slope studio, but I didn't want that either. I didn't know what I wanted except to be alone, so I deposited my suitcases, made my excuses and left.

(Adapted from:
<https://www.theguardian.com/commentisfree/2024/dec/20/new-york-worst-place-in-world-taxi-driver>)

21. What was the taxi driver's initial reaction upon hearing that the author was moving to New York?

- a) He was indifferent and focused on driving.
- b) He became excited and gave his opinion about the city.
- c) He tried to convince her to move to another city.
- d) He helped her load the luggage without saying anything.
- e) He complained about the excess luggage and stayed silent.

- 22.** Why didn't the author go directly to the apartment she was subletting?
- The taxi driver refused to take her there.
 - She wanted to explore the neighborhood before going in.
 - She arrived an hour earlier than allowed.
 - She was too nervous to go directly to the apartment.
 - The apartment wasn't ready to receive her.
- 23.** Why did the author decide not to stay with the man she loved that night?
- She wanted to avoid unnecessary arguments.
 - She didn't feel comfortable in his home.
 - She preferred to be alone to process the move.
 - She didn't know where he lived.
 - He was out of town that night.
- 24.** What was the author's physical reaction after drinking at the bar?
- She became drunk quickly.
 - She immediately vomited after drinking.
 - She started crying due to nerves.
 - She felt immediate relief and relaxed.
 - She got sick because of the bar food.
- 25.** What is the function of the verb "pronounced" in the sentence:
- "New York," he pronounced, with great relish, "New York is the worst place on planet Earth to live?"
- To indicate that the taxi driver made a formal declaration.
 - To show that the driver spoke with enthusiasm.
 - To point out that the driver corrected the author.
 - To indicate that the driver spoke monotonously.
 - To suggest the driver spoke in another language.

The Dutchwoman guiding the gallery of America's most famous faces

All portraiture is a lie," observes Kim Sajet, standing before the revered Lansdowne portrait of George Washington. Artist Gilbert Stuart painted only Washington's face from life; the body was a stand-in. The canvas is also replete with symbols: a rainbow, an inkwell shaped like Noah's Ark, books about the American revolution and constitution.

Portraits are a four-way fabrication, argues Sajet, director of the Smithsonian National Portrait Gallery, an oasis of calm in the maelstrom of modern Washington. There is the subject: the more famous they are, the stronger their opinion. There is the artist, striving to be true to their own aesthetic. There is the patron, often with a strong, very particular view of their own. And finally there is the one party that constantly evolves: the audience.

"The most immediate portrait you can imagine today is a selfie or snapshot on your phone," the 59-year-old says. "But even then we manipulate how we take those pictures constantly; particularly now with filters, you can do all sorts of things to make yourself look good. Portraiture is always just a moment in time and those moments are becoming shorter and shorter in terms of what actually constitutes the reality."

Sajet is the first female director of the National Portrait Gallery, founded by Congress in 1962 and now home to a collection of about 26,000 objects that attracts about 2 million visitors a year. She is also uniquely cosmopolitan: the daughter of Dutch immigrants, she was born in Nigeria, raised in Australia and is a citizen of the Netherlands.

The back story is that after the second world war her mother, who had been interned in a Japanese camp in Indonesia, and her father, who had been sent with his family to the Dutch countryside because of air raids, decided to emigrate. "My father was completely driven by where he could sail. He'd been in the merchant marines in the Netherlands so we ended up in Australia because he wanted to get a boat."

Sajet's father arrived without a job but started a successful paper business that took the family to Nigeria for a few years. Her mother, who had been a social worker in the Netherlands, studied for a master's degree in psychology and found work placing children in shelters.

Simulado CGM-SP (Auditor Municipal de Controle Interno - Área de Especialização Geral) - 12/01/2025

(Adapted from: <https://www.theguardian.com/artanddesign/ng-interactive/2024/dec/31/kim-sajet-national-portrait-gallery-washington>)

26. According to Kim Sajet, why is portraiture considered a fabrication?

- a) Portraiture often involves unrealistic artistic techniques.
- b) The subject, artist, patron, and audience each influence the outcome.
- c) Portraiture is outdated in the modern digital era.
- d) The artist rarely has direct contact with the subject.
- e) Symbols in portraits do not represent reality.

27. What role does the audience play in portraiture, according to Sajet?

- a) The audience has no impact on the meaning of a portrait.
- b) The audience interprets the portrait based on current social contexts.
- c) The audience dictates the artistic choices of the portrait.
- d) The audience critiques the technical skills of the artist.
- e) The audience validates the patron's vision.

28. What makes Kim Sajet's perspective on portraiture unique?

- a) Her personal background and cosmopolitan upbringing.
- b) Her expertise in modern digital photography.
- c) Her extensive artistic training in Australia.
- d) Her focus on eliminating traditional portraiture techniques.
- e) Her studies on post-war European art.

29. Why is the Lansdowne portrait of George Washington considered symbolic?

- a) It was painted entirely from imagination.
- b) It contains objects representing American ideals.
- c) It depicts Washington in a fictional setting.
- d) It was altered by multiple artists over time.
- e) It reflects only the artist's personal vision.

30. In the sentence "The canvas is also replete with symbols," what is the function of the word "also"?

- a) It introduces a contrast.
- b) It highlights additional information.
- c) It emphasizes the subject.
- d) It serves as a conjunction.
- e) It acts as a preposition.

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (DIREITO CONSTITUCIONAL)

Emerson Bruno

31. Nos termos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas NÃO tem por competência:

- a) realizar inspeções e auditorias de natureza operacional nas unidades dos Poderes.
- b) aplicar sanção de multa proporcional ao dano causado ao erário ao responsável pela despesa ilegal.
- c) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na Administração Pública.
- d) julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
- e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais em que a União participe.

32. Suponha que, no âmbito do controle interno do Poder Executivo, ao realizar auditoria ordinária de determinado órgão, a controladoria tenha identificado fraudes em diversos aditivos contratuais. O auditor responsável levou os fatos ao conhecimento de seu superior, com proposta de comunicação ao Tribunal de Contas, o que restou negado. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988,

- a) apenas quando houver indícios de improbidade administrativa, afigura-se pertinente a comunicação, que deve se dar, simultaneamente, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.
- b) o simples fato de tomar conhecimento de ilegalidade não conduz à obrigatoriedade de comunicação, que somente será efetuada se houver interesse na atuação conjunta em regime de colaboração para facilitar o exame técnico.
- c) a não comunicação ao Tribunal de Contas redonda na responsabilidade solidária daqueles que tomarem conhecimento da ilegalidade e não a comunicarem à Corte.
- d) a posição da chefia está correta, eis que os sistemas de controle interno e externo são autônomos e devem atuar de forma independente.
- e) fica a critério do responsável pelo controle interno efetuar ou não a comunicação à Corte de Contas a depender da gravidade da irregularidade.

33. Tendo em vista que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, considere:-

- I. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade, dentre outras, de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

II. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.

III. Possuem legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União apenas os partidos políticos e as associações ou sindicatos.

IV. O Poder Judiciário manterá um sistema de controle interno e independente com a finalidade exclusiva de comprovar a legalidade, quanto à eficácia, da gestão patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, quanto ao controle interno, está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I e II.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) I.

34. Consoante o que dispõe a Constituição Federal de 1988, cabe, para fins de registro, a apreciação

- a) das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta.
- c) da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta.
- d) das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- e) da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

35. A Constituição Federal de 1988 estabelece que deverá ser mantido sistema de controle interno pelos Poderes

- a) Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma independente.
- b) Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma integrada.
- c) Legislativo e Executivo, além do Tribunal de Contas da União, de forma independente.
- d) Legislativo e Executivo, além do Tribunal de Contas da União, de forma integrada.
- e) Legislativo, Executivo e Judiciário, além do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, de forma integrada.

36. Nos termos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, é finalidade do sistema de controle interno

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que

não alterem o fundamento legal do ato concessório.

- e) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

37. De acordo com as competências deferidas em texto Constitucional ao Tribunal de Contas, pode ele praticar diversas condutas de cunho fiscalizatório, EXCETO:

- a) Julgar as contas daqueles que derem causa a irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- b) Sustar a execução de ato, se verificada ilegalidade, após não ser atendido.
- c) Aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) Sustar a execução de contrato, se verificada ilegalidade, após não ser atendido.
- e) Decretar a inabilitação temporária para o exercício de determinadas funções.

38. Conforme previsto na Constituição Federal e/ou de acordo com o entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União

- a) goza de autonomia técnica e independência decisória, ainda que administrativamente integre a estrutura do Poder Legislativo e não disponha de quadro próprio de pessoal.
- b) deve assegurar o contraditório e a ampla defesa nos processos em que aprecia a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- c) compõe-se de sete ministros, sendo três escolhidos pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, dois pela Câmara dos Deputados e dois pelo Senado.
- d) é integrado por Ministros que gozam das mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) é competente para aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.

c) Julgar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal.

d) Aplicar sanções legais em caso de irregularidades constatadas nas receitas e despesas do município.

e) Prestar informações à Câmara Municipal sobre os resultados de auditorias realizadas nas contas municipais.

40. Suponha que, durante auditoria interna realizada pelo sistema de controle interno de um órgão da administração municipal, sejam detectadas graves irregularidades em contratos administrativos, envolvendo pagamentos indevidos. Contudo, o responsável pelo controle interno decide não comunicar os fatos ao Tribunal de Contas do Município. De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo:

- a) A ausência de comunicação ao Tribunal de Contas é facultativa, desde que o responsável pelo controle interno tenha informado a autoridade competente sobre a irregularidade.
- b) A comunicação ao Tribunal de Contas somente será obrigatória se houver evidências de improbidade administrativa.
- c) O simples fato de tomar conhecimento de ilegalidade não conduz à obrigatoriedade de comunicação, que somente será efetuada se houver interesse na atuação conjunta em regime de colaboração para facilitar o exame técnico.
- d) A ausência de comunicação ao Tribunal de Contas implica responsabilidade solidária para o responsável pelo controle interno que tomou conhecimento da irregularidade e omitiu a informação.
- e) A posição do controle interno está correta, vez que os fatos devem ser comunicados à Câmara Municipal de forma prévia para averiguar a necessidade de comunicação à Corte de Contas.

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (ARTIGOS 47 A 53))

Rodrigo Bet

39. Nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, compete ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, exceto:

- a) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, exceto as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- b) Realizar auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial por iniciativa própria ou mediante solicitação da Câmara Municipal.

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (LEI N° 4.320/1964 (ARTIGOS 75 A 82) E LEI COMPLEMENTAR N° 101/2000)*Nick Simonek*

41. O assessor jurídico de uma agência de fomento foi incumbido de avaliar um projeto que se baseava em uma norma estadual, de iniciativa popular, que previa a afetação de 10% do orçamento bruto a programas agrícolas. Há dúvidas sobre a compatibilidade dessa norma com a Constituição Federal.

Após estudar o caso, o assessor constatou que essa norma é

- a) incompatível, uma vez que é de iniciativa do Poder Executivo propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- b) incompatível, sendo do Poder Legislativo a iniciativa de propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- c) compatível, uma vez que a lei objetiva incentivar determinado setor econômico e não vincula receitas de determinados impostos de competência do Estado.
- d) compatível, já que é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Executivo só se aplica no caso dos territórios federais.
- e) compatível, obedecendo às regras constitucionais, no que diz respeito à iniciativa das leis, como corolário da autonomia, independência e harmonia dos Poderes e reveladoras do sistema federativo.

42. Nos termos da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada de forma

- a) disjuntiva
- b) regionalizada
- c) separada
- d) setorial
- e) unificada

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (CGM-SP: ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA, DECRETO MUNICIPAL N° 62.809/2023. 6. LEI DE CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, LEI MUNICIPAL N° 16.193/2015)*Emerson Bruno*

43. De acordo com o Decreto 62.809/2023, que dispõe sobre a reorganização da Controladoria Geral do Município – CGM, NÃO constitui a unidade específica da estrutura básica da CGM SP:

- a) o Gabinete do Controlador Geral – GAB CGM;
- b) a Auditoria Geral do Município – AUDI;
- c) a Corregedoria Geral do Município – CORR;
- d) a Ouvidoria Geral do Município – OGM;
- e) a Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal – CODUSP.

- 44.** Conforme previsto no Decreto 62.809/2023, a Auditoria Geral do Município – AUDI tem as seguintes atribuições, EXCETO:
- a) Exercer as atividades de órgão central do sistema de auditorias da Administração Pública Municipal.
 - b) Verificar a execução e os resultados da utilização dos recursos públicos quanto aos programas de governo e à qualidade do gerenciamento.
 - c) Analisar a conformidade de processos, contratos, atos ou fatos inquinados de irregularidade, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos.
 - d) Realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados.
 - e) Exercer as atividades de órgão central do Sistema de Correição da Administração Pública Municipal.

- 45.** Conforme previsão da Lei 16.193/15, que dispõe sobre a criação do Quadro dos Profissionais de Gestão Governamental – QPGG e das carreiras de Auditor Municipal de Controle Interno – AMCI, NÃO constitui atribuição dos Auditores Municipais de Controle Interno:

- a) a realização de atividades inerentes à garantia da regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da Administração Municipal;
- b) a realização de estudos e trabalhos técnicos que contribuam para a promoção da ética e para o fortalecimento da integridade das instituições públicas;
- c) a execução de atividades de controle interno, correição, ouvidoria e promoção da integridade pública, bem como a promoção da gestão pública ética, responsável e transparente, na Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Município de São Paulo;
- d) a implementação, supervisão, coordenação, execução, monitoramento e avaliação de projetos, atividades e políticas públicas da Administração

Direta e Indireta da Prefeitura do Município de São Paulo.

- e) a realização de estudos e trabalhos técnicos que promovam o incremento da transparência pública, a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção e o fortalecimento do controle social;

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO, TIPOS E FORMAS DE CONTROLE. CONTROLE INTERNO E EXTERNO. CONTROLE PRÉVIO, CONCOMITANTE E POSTERIOR. CONTROLE PARLAMENTAR. CONTROLE PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. CONTROLE JURISDICIONAL. MEIOS DE CONTROLE JURISDICIONAL.

Herbert Almeida

- 46.** Segundo a Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Nesse contexto, não é finalidade do sistema de controle interno:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal;
- c) avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

47. Sobre o controle jurisdicional, pode-se afirmar que:

- a) o controle jurisdicional tem como fundamentos a hierarquia e a autotutela.
- b) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes.
- c) são exemplos de controle jurisdicional o mandado de segurança e o processo administrativo disciplinar.
- d) no controle de políticas públicas, a decisão judicial, em regra, deverá determinar as medidas pontuais que serão adotadas pela autoridade pública.
- e) o Poder Judiciário poderá anular um ato, sempre que comprovado que este se mostrar inconveniente para o interesse público.

48. O Tribunal de Contas da União – TCU possui diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional e aplicáveis, por simetria, aos demais tribunais de contas. Uma delas é a aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o TCU somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o TCU poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do TCU se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

49. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) caso imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso concreto expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) a Comissão Mista de Orçamento deverá julgar as contas do Presidente da República, no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.

50. Considerando as súmulas e teses do Supremo Tribunal Federal, marque a opção correta:

- a) No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, cinco devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa, cabendo ao governador a escolha das demais vagas.
- b) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, somente pode ser revista mediante decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, aplicando-se o julgamento ficto das contas por decurso de prazo quando a Câmara não realizar o julgamento no prazo de sessenta dias, contados do recebimento.
- d) O município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal, enquanto os estados-membros são competentes para executar os créditos decorrentes de multas simples aplicadas pelo TCE em razão da inobservância das normas de Direito Financeiro.
- e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da concessão do benefício pelo órgão do servidor.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Rodrigo Bet

51. Com base na Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP), assinale a alternativa correta:

- a) São símbolos do Município de São Paulo: a bandeira, o brasão, o hino e a moeda, que representam sua identidade cultural e autonomia.
- b) A organização do Município deve observar o princípio da soberania municipal, especialmente em suas relações internacionais.
- c) As normas da LOMSP são autoaplicáveis, salvo aquelas que dependem expressamente de regulamentação posterior.
- d) O exercício da autonomia municipal, de acordo com a LOMSP, é limitada.
- e) A prática democrática e a moralidade administrativa não estão previstas como diretrizes na organização do Município, segundo a LOMSP.

52. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP), assinale a alternativa correta sobre o processo de planejamento municipal:

- a) O planejamento municipal é centralizado e participativo, garantindo a democratização da gestão pública por meio de instâncias de representação formal.
- b) Integram o processo de planejamento municipal o Plano Diretor, o plano plurianual e os planos setoriais, regionais, locais e específicos.
- c) Os planos municipais vinculam exclusivamente os atos de órgãos da administração direta.
- d) A participação dos cidadãos no planejamento municipal é facultativa e restrita a audiências públicas organizadas pela administração.
- e) O sistema municipal de informações é utilizado exclusivamente para fins administrativos internos e não está disponível à população.

53. Conforme a LOMSP, assinale a alternativa correta sobre os objetivos e instrumentos da política urbana no Município de São Paulo:

- a) A política urbana tem como objetivo assegurar o uso socialmente justo do território, sendo facultativa a inclusão de aspectos como lazer e cultura.
- b) O Plano Diretor abrange exclusivamente as áreas urbanas do Município, com diretrizes voltadas ao uso do solo e sistemas de circulação.
- c) É assegurada a participação dos municípios na elaboração, controle e revisão do Plano Diretor, bem como nos programas de realização da política urbana.
- d) Na desapropriação de solo urbano para garantir seu adequado aproveitamento, o pagamento ao proprietário será feito em moeda corrente.
- e) Os bens públicos municipais dominiais não utilizados serão prioritariamente destinados à preservação ambiental, sendo facultativa sua destinação para assentamentos de população de baixa renda.

54. Com base na LOMSP, assinale a alternativa correta sobre o transporte urbano no Município de São Paulo:

- a) O transporte público no Município é considerado serviço de caráter essencial, e sua execução pode ser realizada diretamente pela Prefeitura ou sob regime de concessão, permissão ou outras formas de contratação.
- b) No planejamento e implantação do sistema de transportes urbanos, o Poder Executivo deverá priorizar igualmente a circulação de pedestres, o transporte coletivo e o transporte individual motorizado.
- c) A regulamentação do transporte público de passageiros deve incluir apenas o planejamento e o regime de operação, sem contemplar normas relativas à segurança e manutenção do serviço.
- d) Quando o serviço de transporte público for operado por particular, a interrupção ou

descontinuidade pode ser admitida desde que justificada pelo operador.

e) As tarifas dos serviços públicos de transporte são de competência exclusiva do Município e podem ser fixadas sem a necessidade de comunicar os critérios utilizados à Câmara Municipal.

55. De acordo com a LOMSP, assinale a alternativa correta sobre a proteção ambiental no Município de São Paulo:

- a) O Município é responsável exclusivo pela preservação e recuperação do meio ambiente, não havendo previsão de cooperação com o Estado e a União.
- b) As condutas que degradam o meio ambiente sujeitam os infratores apenas a sanções administrativas leves, como advertências ou multas, desde que não haja reincidência.
- c) É vedada a concessão de incentivos fiscais ou isenções a quem infringir normas ambientais, por um período de 24 meses após a constatação da infração.
- d) É vedada a participação da sociedade no sistema de administração ambiental do Município, cuja gestão cabe exclusivamente ao Poder Executivo.
- e) A aplicação das normas de proteção ambiental na LOMSP limita-se ao ambiente natural, não abrangendo o construído ou o ambiente do trabalho.

56. Com base na LOMSP, assinale a alternativa correta sobre a proteção e a valorização cultural no Município de São Paulo:

- a) O Município adotará medidas para preservar exclusivamente bens materiais de valor histórico, artístico e cultural, como edifícios e monumentos.
- b) O princípio da centralização é fundamental na valorização e difusão das manifestações culturais, conforme disposto na LOMSP.
- c) Os proprietários de bens culturais tombados podem receber incentivos fiscais para restaurar e conservar esses bens, desde que sigam as orientações do órgão competente.
- d) A preservação de manifestações culturais no Município abrange exclusivamente grupos culturais indígenas e afro-brasileiros.
- e) Obras públicas realizadas em áreas do centro histórico de São Paulo podem ser executadas sem acompanhamento técnico, desde que aprovadas pelo Poder Executivo.

57. De acordo com a LOMSP, qual o percentual mínimo da receita resultante de impostos, incluindo transferências, que o Município de São Paulo deve aplicar anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva?

- a) 25%
- b) 30%
- c) 31%
- d) 32%
- e) 35%

58. Com base na LOMSP, assinale a alternativa correta sobre as ações e serviços de saúde no Município de São Paulo:

- a) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, incluindo a participação de empresas e capitais estrangeiros no sistema único de saúde.
- b) É permitido cobrar do usuário pela prestação de ações e serviços no âmbito do sistema único de saúde, desde que regulamentado por lei municipal.
- c) As instituições privadas que participam do sistema único de saúde podem operar sem submeter-se às diretrizes gerais do sistema.
- d) As ações e serviços de saúde serão preferencialmente executados de forma direta pelo poder público e supletivamente por terceiros.
- e) O Município não possui competência para regulamentar, fiscalizar e controlar ações e serviços de saúde, que são exclusivamente de competência estadual e federal.

59. Conforme a LOMSP, o Prefeito de São Paulo deve apresentar o Programa de Metas de sua gestão, um documento que estabelece as prioridades, ações estratégicas, indicadores e metas para os setores da Administração Pública Municipal, Subprefeituras e Distritos, com base nas diretrizes de sua campanha e no Plano Diretor Estratégico. Em quanto tempo, após sua posse, esse programa deve ser apresentado?

- a) 30 dias
- b) 60 dias
- c) 90 dias
- d) 120 dias
- e) 180 dias

- 60.** De acordo com a LOMSP, o controle externo exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) inclui diversas competências. Sobre essas competências, assinale a alternativa correta:
- a) O TCM-SP pode sustar a execução de um ato impugnado, sem a necessidade de comunicar a decisão à Câmara Municipal.
 - b) Cabe ao TCM-SP realizar auditorias e inspeções exclusivamente quando solicitadas pela Câmara Municipal, sendo vedada sua realização por iniciativa própria.
 - c) O TCM-SP deve apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias e pensões, excetuadas as melhorias que alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - d) É competência do TCM-SP fiscalizar a aplicação de recursos de qualquer natureza repassados ao Município mediante convênios, acordos ou ajustes.
 - e) O prazo máximo para o TCM-SP elaborar e enviar o parecer prévio informativo sobre as contas anuais do Prefeito à Câmara Municipal é de 60 dias.

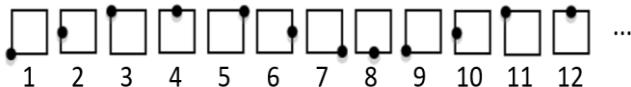
RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

- 61.** Arnaldo tem um relógio que atrasa 11 segundos a cada 18 horas. O número de dias necessários para que esse relógio atrase 616 segundos é:
- a) 36
 - b) 38
 - c) 40
 - d) 42
 - e) 44

- 62.** Considere a sentença: "Se André é paulista, então Caetano não é concurseiro". Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:
- a) Se Caetano não é concurseiro, então André é paulista.
 - b) André não é paulista ou Caetano não é concurseiro.
 - c) Se André não é paulista, então Caetano é concurseiro.
 - d) Se Caetano é concurseiro, então André é paulista.
 - e) André é paulista e Caetano é concurseiro.
- 63.** O dia 31 de julho de 2022 foi um domingo. Sendo assim, é correto afirmar que o dia 02 de maio de 2025 será:
- a) quarta-feira.
 - b) quinta-feira.
 - c) sexta-feira.
 - d) sábado.
 - e) domingo.
- 64.** Armando, Bruno e Caio têm alturas distintas. Suas idades são 35 anos, 40 anos e 45 anos, não necessariamente nessa ordem. Além disso, sabe-se que:
- I. Ninguém é o mais alto e o mais velho simultaneamente.
 - II. Armando não é o mais alto nem o mais novo.
 - III. Bruno é mais alto que Armando, mas não que Caio.
 - IV. Caio é o mais alto ou o mais novo, mas não os dois simultaneamente.
- Considerando as afirmações, é correto afirmar que:
- a) Armando tem 35 anos.
 - b) Armando tem 40 anos
 - c) Bruno tem 35 anos
 - d) Bruno tem 40 anos
 - e) Caio tem 45 anos.

65. Observe a sequência de quadrados a seguir:



O quadrado de número 2025 é:

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

66. Se Maurício é engenheiro, então José é carpinteiro. Se Leandro é concursaço, então José não é carpinteiro. Se Leandro não é concursaço, então Natanael é fazendeiro. Sabe-se que Natanael não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leandro é concursaço ou Maurício é engenheiro.
- b) Maurício é engenheiro ou José é carpinteiro.
- c) José é carpinteiro e Natanael não é fazendeiro.
- d) Maurício não é engenheiro e Leandro não é concursaço.
- e) José não é carpinteiro e Leandro não é concursaço.

67. Beatriz disse para a sua amiga:

De vestido de noiva, toda mulher é bonita e elegante.

Considerando-se que a frase dita por Beatriz é falsa, é correto concluir que:

- a) Sem vestido de noiva, toda mulher não é bonita nem elegante.

b) De vestido de noiva, toda mulher não é bonita e não é elegante.

c) Sem vestido de noiva, alguma mulher não é bonita ou não é elegante.

d) De vestido de noiva, alguma mulher não é bonita nem elegante.

e) De vestido de noiva, alguma mulher não é bonita ou não é elegante.

68. Um recipiente é composto por água e suco de laranja na proporção de 1 litro de água para 5 litros de suco de laranja. Outro recipiente, de mesmo volume que o primeiro, é composto por água e suco de laranja na proporção de 2 litros de água para 3 litros de suco de laranja.

Após misturar o conteúdo dos dois recipientes em outro recipiente com o dobro dos volumes originais, obtém-se uma nova mistura com a proporção de:

- a) 7 litros de água para 19 litros de suco de laranja
- b) 17 litros de água para 43 litros de suco de laranja
- c) 13 litros de água para 30 litros de suco de laranja
- d) 11 litros de água para 23 litros de suco de laranja
- e) 13 litros de água para 15 litros de suco de laranja

69. Um vendedor de pipocas aumenta o preço original do seu produto para, em seguida, anuncia-lo com um desconto de 60% de modo a obter com a venda o mesmo valor original. Para que isso aconteça, o aumento percentual deverá ser de:

- a) 60%
- b) 80%
- c) 100%
- d) 150%
- e) 180%

70. Sabe-se que:

- I. Se X é mineiro, então Y não é paulista.
- II. Se Y é paulista, então Z é pernambucano.
- III. Se X não é mineiro, então Z não é pernambucano.

Logo, deduz-se que:

- a) X é mineiro;
- b) X não é mineiro;
- c) Y é paulista;
- d) Y não é paulista;
- e) Z não é pernambucano.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

O enunciado abaixo refere-se às questões **71** e **72**.

Lúcia, uma estudiosa moça, passou para o fisco em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para quatro amigos. Sabe-se que Lúcia possui 12 amigos. Entre os seus amigos estão Karina e Mauro (o namorado da Karina).

71. Certa noite, supondo-se que Karina e Mauro só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Lúcia é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 240
- e) 255

72. Outra noite, supondo-se que Karina e Mauro tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Lúcia pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 500

73. Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são fiscais. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são fiscais.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor dessa empresa e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser fiscal é igual a:

- a) 1/3
- b) 2/5
- c) 5/6
- d) 7/8
- e) 8/9

74. A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, haver 0, 1, 2 ou 3 colisões de carros em um cruzamento.

Número de acidentes	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

A variância do número de acidentes é igual a:

- a) 1,53
- b) 1,61
- c) 1,74
- d) 1,87
- e) 1,98

O ENUNCIADO A SEGUIR REFERE-SE ÀS QUESTÕES 75, 76 E 77.

Na Strategy Land, a probabilidade p de um professor engordar é igual a 0,25. Essa estimativa foi obtida com base em um levantamento por amostragem aleatória simples de 1.875 professores.

Sabendo que $P(Z < -2) = 0,025$, em que Z representa a distribuição normal padrão, julgue os itens que seguem, em relação a essa situação hipotética.

75. Em um grupo formado aleatoriamente por 5 professores, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas um deles engorde é igual a

- a) 405/1024
- b) 407/1024
- c) 409/1024
- d) 411/1024
- e) 413/1024

76. Se X seguir uma distribuição binomial com parâmetros $n = 500$ e probabilidade de sucesso p , calcule a estimativa da variância.

- a) 91,25
- b) 92,75
- c) 93,75
- d) 94,65
- e) 95,45

77. A estimativa intervalar de 95% de confiança do parâmetro populacional p possui amplitude igual a:

- a) 0,02
- b) 0,04
- c) 0,06
- d) 0,08
- e) 1,0

78. Uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Os registros históricos indicam que a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Deseja-se testar a hipótese, ao nível de significância α , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 740$), H_1 a hipótese alternativa ($\mu \neq 740$) e $t_{\alpha/2} > 0$ o quantil da distribuição "t" de Student, no nível de significância α , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Sabendo-se que H_0 foi rejeitada, MARQUE A OPÇÃO CORRETA:

- a) $t_{\alpha/2} \leq 1,5$
- b) $t_{\alpha/2} \geq 1,5$
- c) $t_{\alpha/2} \leq 2,5$
- d) $t_{\alpha/2} \geq 2,5$
- e) $t_{\alpha/2} \leq 0,5$

Em 10 anos (de 2015 a 2024), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa TOFER RADO, em milhões de reais, e o respectivo gasto anual com propaganda (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X , considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2015, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2016, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com propaganda de 2015 a 2024 foram, em milhões de reais, iguais a 120 e 15, respectivamente.

Baseado no texto, responda as questões **79** e **80**

79. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então o valor de α é, milhões de reais,

- a) 9,3
- b) 10,4
- c) 11,5
- d) 12,7
- e) 13,8

80. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com propaganda neste ano 2 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 10,4
- b) 11,6
- c) 12,9
- d) 13,7
- e) 14,8

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

81. Tomando por base a disciplina aplicável aos serviços públicos gerais (*uti universi*), é INCORRETO afirmar que:

- a) seus usuários são indetermináveis.
- b) pode-se citar como exemplo o serviço de iluminação pública.
- c) são também chamados de indivisíveis.
- d) geralmente são remunerados a partir da receita de impostos.
- e) admitem a aferição individualizada de sua utilização.

82. Suponha que o Município de São Paulo tenha delegado à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo, tendo celebrado contrato de concessão com empresa privada. Caso reste comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) deverá decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo que a indenização devida à empresa é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
- c) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, não cabendo qualquer indenização à empresa.
- d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
- e) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

83. No que se refere aos vícios dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a incompetência consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- b) a ilegalidade do objeto se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto na regra de competência.
- c) a inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- d) a convalidação é praticada exclusivamente sobre vícios sanáveis, dando azo a efeitos retroativos.
- e) é possível a revogação de ato discricionário feita no âmbito do controle administrativo ou judicial.

84. No que se refere aos elementos e atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa compatível com os preceitos doutrinários majoritariamente aceitos:

- a) A autoexecutoredade está presente em todo e qualquer ato administrativo.
- b) A imperatividade permite ao poder público executar suas decisões com seus próprios meios, independentemente de decisão judicial pretérita.
- c) Para não incorrer em excesso de poder, a finalidade de todo ato deve ser o interesse público previsto em lei.
- d) Ato complexo é aquele que surge da manifestação de um único órgão, inobstante dependa da confirmação de outro órgão para se aperfeiçoar.
- e) São irrevogáveis os atos consumados.

85. A respeito da organização administrativa do Estado, assinale o item correto:

- a) A desconcentração geográfica dá origem às secretarias municipais.
- b) As empresas públicas admitem a participação de capital público e de capital privado e podem assumir qualquer forma jurídica admitida pelo Direito.
- c) A criação de sociedades de economia mista e de empresas públicas é feita por lei específica que deverá tratar de sua finalidade, diretrizes, competência e estrutura.
- d) Agência reguladora representa a qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para melhoria da eficiência e redução de custos.
- e) A descentralização política pode ser observada na distribuição de competências aos Estados-membros e aos municípios.

86. A respeito da organização administrativa brasileira, é INCORRETO afirmar que:

- a) Segundo a teoria defendida pelo alemão Otto Friedrich Von Gierke, a conduta dos agentes públicos é imputada à pessoa jurídica a qual pertencem.
- b) Por meio da descentralização por serviços são criadas entidades para desempenho de atividades administrativas.
- c) Autarquia é pessoa jurídica de direito público criada por lei para desempenhar atividades típicas da Administração pública, cujo pessoal submete-se ao regime único e possui imunidade tributária recíproca.
- d) Tanto empresas públicas como sociedades de economia mista têm a criação autorizada por lei e possuem personalidade de direito privado.
- e) Órgãos colegiados superiores são aqueles que possuem capacidade processual para atuar na defesa de suas prerrogativas institucionais.

87. Marque a alternativa que menciona e descreve corretamente instrumento de controle administrativo:

- a) representação, a qual representa pedido dirigido a outra autoridade para reexame de determinada decisão.
- b) ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- c) ação popular, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- d) apelação, por meio do qual determinada autoridade judicial irá reexaminar sua decisão anterior.
- e) revisão, admitida após surgimento de fatos novos que demonstrem a inadequação da penalidade aplicada.

88. Assinale a alternativa que menciona competência fiscalizatória constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional:

- a) processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- b) exercer o controle externo com auxílio de um tribunal de contas, o qual consiste em órgão independente e autônomo.
- c) fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, desde que praticados por órgãos da administração direta.
- d) anular atos discricionários do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- e) julgar as contas prestadas pelos gestores públicos em geral.

89. Assinale a situação na qual NÃO se aplica a responsabilidade civil objetiva:

- a) prejuízo decorrente de omissão do poder público em que houve descumprimento de dever específico legalmente atribuído.
- b) dano causado a particular por agente pertencente à polícia civil de determinado estado da federação no exercício de suas funções.
- c) dano decorrente da atuação de empresa pública prestadora de serviço público.
- d) dano causado a particular por conduta irregular de agente público, pertencente a uma autarquia municipal, no exercício de suas funções.
- e) dano causado a particular por agente público atuando durante suas férias.

90. A concessionária de serviço público do transporte coletivo de passageiros causou danos a um particular não usuário do serviço, porém não possui meios para arcar com a indenização. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Há responsabilidade subsidiária do Poder concedente (Município) nesses casos.
- b) Não é possível a responsabilização objetiva da concessionária perante não-usuários do serviço.

c) A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável tanto perante usuários como não-usuários do serviço público, considerando-se que as concessionárias são empresas privadas que não integram o Poder Público.

d) A responsabilidade da concessionária perante terceiros é objetiva, desde que as vítimas sejam usuários do serviço.

e) Existe responsabilidade solidária do Poder concedente nesses casos.

91. Considerando o recente entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à demissão de empregados públicos concursados, assinale a alternativa correta:

- a) empresas públicas e sociedades de economia mista em geral somente poderão dispensar seus empregados concursados se houver enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) a prévia instauração de processo administrativo é requisito procedimento obrigatório para a demissão de empregados concursados.
- c) empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, apenas, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados.
- d) empregado público concursado não pode ser demitido após 5 anos de efetivo exercício do emprego.
- e) estatais em geral têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

92. De acordo com a Lei 12.846/2013, chamada de Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta:

- a) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anterior tem a duração de 5 anos.
- b) Está habilitada a celebrar acordo de leniência a pessoa jurídica que, apesar de não admitir sua participação no ilícito, cessou completamente seu envolvimento na infração investigada, a partir da data de propositura do acordo.
- c) A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada mesmo que seus diretores ou administradores não sejam.
- d) A responsabilização civil de pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, uma vez que serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de dificultar atividade de investigação de órgãos públicos, exceto nos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

93. No que se refere à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), marque a alternativa INCORRETA:

- a) Em regra, competem à Controladoria-Geral da União a apuração, o processo e o julgamento dos atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- b) A Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- c) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigi-los o andamento.
- d) As sociedades coligadas com pessoas jurídicas que praticaram atos lesivos em desfavor da Administração Pública serão subsidiariamente responsáveis pelas condenações aplicadas com base na Lei Anticorrupção.
- e) A autoridade competente que, tendo conhecimento da prática de atos lesivos, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente.

94. Em relação às regras estabelecidas na Lei 14.133/2021 sobre duração dos contratos administrativos, é correto afirmar que a avença que tem por objeto a operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter a duração de no máximo:

- a) 5 anos.
- b) 10 anos.
- c) 15 anos.
- d) 20 anos.
- e) 25 anos.

95. No que se refere ao regramento nacional a respeito dos Contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, mas pode restringir sua regularização.
- b) O contratado será obrigado a corrigir, a suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários.
- d) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas.
- e) O contratado está impedido de subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento, em qualquer caso.

96. Considerando as regras legais sobre os critérios de julgamento previstos na Lei 14.133/2021, marque a alternativa correta:

- a) O “maior retorno econômico” deve ser utilizado exclusivamente para a celebração de contratações integradas e semi-integradas.
- b) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- c) Na técnica e preço, admite-se proporção máxima de 75% de valoração para a proposta técnica.
- d) O julgamento pelo maior desconto terá como referência os preços unitários fixados no edital de licitação.
- e) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

97. O Comitê responsável por gerir o Portal Nacional de Contratações Públicas, denominado Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (Lei 14.133/2021), é composto por:

- a) 2 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- b) 3 representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Confederação Nacional de Secretários de Estado de Finanças.
- c) 7 representantes da União indicados pelo Presidente da República.
- d) 3 representantes da União indicados pelo Ministro da Economia.
- e) 3 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.

98. De acordo com a Lei 8.429/1992 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve em seis anos a pretensão de punição por atos de improbidade administrativa, contados da prática do ato ilegal.
- b) A apresentação de cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza do agente público somente será necessária no momento da posse do agente.
- c) A lei de improbidade administrativa somente se aplica a quem exerce a condição de agente público.
- d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle interno não impede a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
- e) A Lei 8.429/1992 tem por objetivo aplicar sanções a agentes públicos e demais pessoas que pratiquem atos eivados de ilegalidade em desfavor da Administração Pública, dolosos ou culposos.

99. Trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública a conduta de:

- a) facilitar para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- b) realizar operação financeira sem observância das normas legais.
- c) frustrar, dolosamente, a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva.
- d) receber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública.
- e) praticar ato de publicidade de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

100. Assinale alternativa que menciona hipótese de licitação dispensável estabelecida na Lei 14.133/2021:

- a) contratação de associação de pessoas com deficiência, de comprovada idoneidade e finalidade lucrativa, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência ou readaptados da Previdência Social.
- b) suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento.
- c) contratação em que houver transferência de tecnologia de qualquer produto para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção regional do SUS.
- d) contratação de entidades públicas para a implementação de cisternas, a fim de beneficiar as famílias urbanas de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.
- e) contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa

Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação de baixo custo à população em situação de vulnerabilidade e risco social, exceto a população em situação de rua, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

101. O Município Beta, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou o número de beneficiários de isenção de IPTU. O prefeito, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O prefeito de Beta tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao prefeito, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O prefeito está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos parlamentares.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o prefeito deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei municipal é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo prefeito e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

102. A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui

- a) eficácia limitada de princípio programático.
- b) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) eficácia diferida e aplicabilidade direta e imediata.
- d) eficácia contida e aplicabilidade mediata.
- e) eficácia limitada de princípio institutivo.

103. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

104. Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, indique a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de

pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

105. João é vereador de Alfa. Durante evento de seu partido em Beta, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

106. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no artigo 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, indique a única alternativa que contém informação correta:

- a) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas fere a liberdade associativa.
- b) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- c) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.
- d) O exame psicotécnico poderá ser exigido como condição de habilitação de candidato a cargo público, sendo suficiente estar previsto no edital como etapa avaliativa.
- e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o percentual mínimo de 30% para candidatura de mulheres que deve ser observado pelos partidos políticos quando do registro de candidaturas deve também ser refletido na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Na hipótese de o percentual de candidatas, por partido, superar a trinta por cento, a destinação do Fundo Partidário deverá guardar proporcionalidade.

107. O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

108. O Governo do Estado Alfa ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município Beta, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina XXX, localizada no município. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

109. Três meses após a posse do Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou o Presidente, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, O Presidente não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de impeachment não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.
- c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.
- d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.
- e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados autoriza o processo, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo por até 180 dias.

110. A criação de regiões metropolitanas, aglorações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.

e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

111. João, Maria e seus dois filhos são estrangeiros e residem no Brasil ilegalmente. Os filhos do casal estão em idade escolar. João precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.
- b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário-mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.
- c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.
- d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.
- e) Maria, embora exerce no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

112. Após ter sido decretado, pelo Congresso Nacional, estado de calamidade pública nacional, por iniciativa de 27 Senadores, foi apresentada proposta de emenda à Constituição. A PEC retira do Distrito Federal autonomia política, de forma que o Governador passa a ser nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, e a Câmara Legislativa fica extinta. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

- a)inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b)constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.
- c)inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.
- d)inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- e)inconstitucional, porque a proposta fere princípio federativo, cláusula pétreas, e não poderia sequer ser objeto de deliberação.

113. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e

na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.

- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

114. O conceito de Poder Constituinte é fundamental para entender a origem e a estrutura das Constituições. Com base na doutrina e na teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte derivado é ilimitado e incondicionado, podendo alterar qualquer parte da Constituição, incluindo as cláusulas pétreas.
- b) O Poder Constituinte originário é subordinado ao ordenamento jurídico anterior, devendo respeitar as normas vigentes no momento da sua elaboração.
- c) O Poder Constituinte originário manifesta-se na elaboração de emendas constitucionais, sendo responsável por atualizar o texto constitucional vigente.
- d) O Poder Constituinte derivado reformador é limitado e condicionado, devendo respeitar as cláusulas pétreas e seguir o procedimento estabelecido pela própria Constituição.
- e) O Poder Constituinte derivado revisor, previsto na Constituição Federal de 1988, pode modificar o núcleo essencial dos direitos fundamentais sem restrições.

115. Nos termos do art. 205 da Constituição da República, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Considerando o posicionamento doutrinário acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, o artigo acima pode ser classificado como norma de eficácia

- a) Contida, de aplicabilidade direta e imediata.
- b) Limitada, definidora de princípio programático.
- c) Limitada, definidora de princípio institutivo.
- d) Plena, de aplicabilidade direta e imediata.
- e) Limitada, de aplicabilidade direta, imediata e restringível.

116. O Presidente da República foi acusado de crime de responsabilidade, em razão de seus atos atentatórios à Constituição Federal. A traição aos pressupostos constitucionais acarreta a sua responsabilização e pode gerar a perda do cargo. Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que

- a) Qualquer cidadão poderá denunciar o Presidente da República, por crime comum e de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.
- b) Cabe ao Presidente do Senado Federal apreciar o pedido de impeachment e tomar a decisão de receber ou não a denúncia, a partir da análise do preenchimento das formalidades extrínsecas, da legitimidade do denunciante e do denunciado e da narrativa feita, de maneira que poderá promover a imediata rejeição da petição por inépcia ou falta de justa causa.
- c) Da decisão que admite ou não a denúncia contra o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, cabe ao recurso.
- d) Na Câmara dos Deputados, ocorre apenas a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Casa verifica se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência. O processo e o julgamento do Presidente por crime de responsabilidade é de competência do Senado Federal.
- e) Após a admissibilidade da acusação pela Câmara dos Deputados, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

117. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

118. Um programa jornalístico decidiu criar um quadro em que relembra casos criminais famosos. Ao exibir uma reportagem sobre determinado crime, os familiares da vítima sentiram-se constrangidos e requereram judicialmente a retirada imediata da reportagem e o pagamento de uma indenização, tudo com base no direito ao esquecimento. Acerca do caso, segundo

posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que.

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, pois afronta a liberdade de expressão.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é recepcionado pela Constituição, com fundamento nos princípios da intimidade, vida privada e honra.
- c) O direito ao esquecimento é direito fundamental, não podendo ser suprimido em nenhuma hipótese, devido a sua relação com a dignidade da pessoa humana.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento como regra, havendo exceção apenas em casos que envolvam interesse público notório.
- e) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento apenas nos casos em que envolvam abuso sexual ou violência doméstica e familiar.

119. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétreia.

120. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) bonapartista e flexível.

GESTÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

121. A reforma administrativa realizada em meados de 1995 inseriu novos conceitos, a exemplo de accountability, que embora represente a ideia de controle, contempla características que permitem uma atuação diferenciada, como

- a) legitimação do controle que as agências reguladoras exercem sobre os órgãos do Estado.
- b) capacidade de um dirigente exigir que um subordinado realize suas demandas, pela imposição, restrição ou penalidade.
- c) legitimação do poder de vigilância, orientação e correção dos três Poderes sobre as empresas.
- d) permissão de condições para que os cidadãos participem da definição e avaliação dos programas e políticas públicas.
- e) extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil

122. Acerca do modelo voltado para resultados na administração pública brasileira, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Há o predomínio da interação horizontal sobre a vertical, além de confiança e crenças recíprocas em relação ao gestor público.
- II. Envolve a participação e a responsabilidade multifuncional, a tomada de decisão centralizada a depender do conhecimento dos indivíduos.
- III. Envolve a ação empreendedora e catalisadora que coordena, fomenta, orientando a execução para o mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

123. O paradigma pós-burocrático, inicialmente implantado na segunda metade do século XX, que preconizava a redução de custos e o corte de despesas, para que o Estado tivesse uma atuação mais eficiente, ficou conhecido como

- a) Gerencial puro
- b) *Public Service Orientation – PSO*
- c) Taylorismo
- d) Consumerismo
- e) Empreendedor

124. O PDRAE ao estabelecer as formas de propriedade, tipos de administração e foco de atuação nos quatro setores do Estado, entre outras inovações, trouxe o terceiro setor para formar parcerias e executar políticas públicas. Em relação a estes setores, assinale a opção incorreta.

- a) O núcleo estratégico é o centro no qual se definem as políticas, as leis, além de as fazer cumprir.
- b) As atividades exclusivas garantem diretamente que as leis e políticas públicas sejam cumpridas e financiadas.
- c) Os serviços não-exclusivos compreendem os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.
- d) O setor de produção de bens e serviços é formado pelas empresas do Estado.
- e) As atividades exclusivas são aquelas que envolvem o poder de Estado.

125. No âmbito da administração pública gerencial, o governo empreendedor caracteriza-se por ser um governo que pertence à comunidade, catalisador da ação pública, privada e voluntária. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

- a) O governo empreendedor visa manter os pressupostos positivos do modelo tradicional burocrático, ao mesmo tempo que visa estimular a ação e a parceria da sociedade.
- b) A ação catalisadora do governo empreendedor inclui a mobilização de grupos comunitários para a prestação de serviços públicos.
- c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a responsabilização da ação pública, sem perder de vista a importância da hierarquia de decisões.
- d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública.
- e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

126. A accountability está associada à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos e pode ser exercida em diferentes dimensões. O controle exercido pelo sistema de pesos e contrapesos pode ser entendido como um tipo de accountability

- a) circular.
- b) burocrática.
- c) vertical.
- d) horizontal.
- e) societal.

127. A governança pública passou a ser debatida em razão do esgotamento do modelo burocrático weberiano e reflete a forma de relacionamento dos diversos atores e instâncias responsáveis pela avaliação e monitoramento da gestão, a exemplo do controle social, que pode ser entendido, como uma instância

- a) interna de apoio à governança
- b) interna de governança
- c) autônoma de administração
- d) externa de apoio à governança
- e) externa de governança

128. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I. A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II. Os conselhos gestores são órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, regidos por regulamento próprio.
- III - As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

129. O Balanced Scorecard (BSC) é uma ferramenta de planejamento estratégico, cujo objetivo é comunicar e acompanhar a consecução da estratégia da organização, priorizar o equilíbrio organizacional e

- a) ponderar os indicadores, a partir da avaliação de perspectivas internas, com maior peso para as medidas não financeiras.
- b) utilizar indicadores financeiros e contábeis, a partir da aplicação de uma matriz de equalização.
- c) realizar nas entidades privadas, dada a dificuldade de adaptação aos objetivos públicos.
- d) permitir visualizar as relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos, distribuídos entre as perspectivas consideradas pelo BSC.
- e) adaptar suas perspectivas para as peculiaridades de uma organização pública, com redistribuição e ponderação dos pesos.

130. O Balanced Scorecard é um instrumento de gestão que interliga um conjunto de medidores de desempenho, de forma a destacar a relação entre as diversas áreas da organização. São elementos do BSC, à exceção de um, assinale-o.

- a) Objetivos estratégicos
- b) Mapa estratégico
- c) Temas estratégicos
- d) Iniciativas estratégicas
- e) Visão estratégica

131. No que se refere ao modelo de excelência nos serviços públicos e à gestão da qualidade, analise as afirmativas a seguir

- I. A matriz GUT é uma ferramenta da gestão da qualidade que visa a organizar as demandas por ordem de prioridade, permitindo analisar os problemas, melhorando o processo de tomada de decisão.
- II. O ciclo PDCA tem como objetivos maximizar a eficiência e otimizar processos e projetos das organizações.
- III. A ferramenta 5W2H é utilizada para controle da qualidade, voltada à mensuração de metas, com a utilização de indicadores de resultado.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

132. Nos estudos clássicos acerca de qualidade, Edward Deming desponta como um dos gurus que propôs princípios gerais da qualidade total, entre os quais.

- a) Instituir lideranças transformadoras, com flexibilidade de propósitos e treinamento no ambiente de trabalho.
- b) Instituir metas e slogans que levem ao erro zero, engajando todos os empregados na busca dos objetivos.
- c) Instituir a inspeção em massa e o controle no final do processo.
- d) Considerar que a função do administrador é liderar e eliminar o medo de errar.
- e) Reduzir o custo dos insumos com vistas a economia e qualidade.

133. A ferramenta administrativa facilitadora do planejamento na busca da melhoria contínua utilizada nas organizações com o objetivo de implantar programas de gestão da qualidade e produtividade é denominada

- a) Técnica dos 5W1H.
- b) Programa PGQP.
- c) Método GUT.
- d) Matriz BCG.
- e) Ciclo PDCA.

134. A gestão de projetos requer múltiplas habilidades em razão da incerteza e dos riscos envolvidos. Considerando o tema, analise as alternativas que seguem.

- I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.
- II. O gerenciamento de um projeto implica o estabelecimento de objetivos precisos, claros e alcançáveis, cujas entregas devem ser exatamente dentro do planejado.
- III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado padronizado deve ser um dos requisitos do projeto, pois é necessário um encadeamento lógico entre as diferentes etapas.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I, II, III.

135. Quando se trata de gestão por projeto, uma ferramenta muito utilizada é a rede PERT/CPM, que indica o tempo de um projeto e o caminho crítico. Este último representa

- a) o caminho composto por uma atividade que impede que existam duas ou mais atividades com início e fim nos mesmos eventos.
- b) o caminho composto por atividades de menor tempo e de maior criticidade de um projeto.
- c) o caminho composto por atividades de maior tempo e que determinam a menor duração do projeto.
- d) o caminho composto por atividades de menor tempo e que determinam o maior tempo de duração de um projeto.
- e) o caminho composto por atividades de maior tempo e de maior duração de um projeto.

136. Levando-se em consideração o Guia PMBOK, um determinado servidor, designado como gerente de um projeto no âmbito da CGM-SP, elaborou um planejamento com vistas a aprovação de seu patrocinador, que pediu para que o gerente refizesse o estudo e corrigisse um erro referente a

- a) estrutura analítica de projeto que retratava as entregas do projeto.
- b) rede PERT que calculava o tempo probabilístico das atividades a serem realizadas.
- c) curva de custo do projeto que se mostrava muito alta na fase de execução.
- d) curva de influência dos stakeholders que tendia a zero no início do projeto.
- e) rede CPM que apresentava o menor tempo de elaboração do projeto.

137. O projeto de interoperabilidade nasceu da percepção de que os dados administrativos do governo federal são muitos, mas não “conversam entre si”, dificultando a avaliação de políticas públicas. São objetivos do trabalho de interoperabilidade dos dados, à exceção de:

- a) permitir a identificação unívoca dos cidadãos em todo o país.
- b) estruturar dados confiáveis para tomada de decisão dos gestores públicos.
- c) promover a melhoria e a eficiência na gestão dos gastos públicos.
- d) viabilizar que a identificação do cidadão seja realizada por qualquer documento.
- e) facilitar e agilizar as atualizações cadastrais.

138. Para realizar a gestão de riscos, algumas etapas devem ser seguidas, a exemplo do estabelecimento do contexto, da identificação, análise e avaliação dos riscos. A etapa do processo de gestão de riscos no qual realiza-se o desenvolvimento sobre o risco e a determinação do nível de risco é denominada

- a) Estabelecimento do contexto
- b) Identificação de riscos
- c) Análise de riscos
- d) Avaliação de riscos
- e) Tratamento de riscos

139. O modelo das três linhas de defesa tem por objetivo estabelecer papéis e responsabilidades essenciais para proteger a organização dos riscos. Nesse modelo, a segunda linha de defesa, que possui o papel de coordenar as atividades de gestão de riscos, orientar e monitorar a implementação de suas práticas, pode ser representada

- a) pela auditoria interna
- b) pelos gestores de nível operacional
- c) pelo compliance
- d) pela auditoria externa
- e) pelo comitê de auditoria

140. A gestão ágil é uma abordagem adaptativa que prioriza a entrega contínua e flexível de valor, focado na inovação, eficiência, pessoas e interação com os stakeholders. O triângulo ágil, representativo do modelo apresenta os seguintes objetivos.

- a) Custo, qualidade e tempo
- b) Custo, escopo e tempo
- c) Valor, qualidade e restrições
- d) Valor, custo e qualidade
- e) Escopo, qualidade e restrições.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Leandro Ravelle*

141. Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), analise os instrumentos de transparéncia da gestão fiscal e assinale a alternativa correta:

- a) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) deve incluir, no encerramento de cada semestre, demonstrativos que comparam a receita corrente líquida com a aplicação em despesas obrigatórias de saúde e educação.
- b) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do segundo bimestre deve conter o cálculo da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida, para fins de apuração do limite prudencial.
- c) O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deve ser elaborado ao final de cada quadrimestre, incluindo o montante da dívida consolidada líquida, em comparação com os limites estabelecidos pelo Senado Federal.
- d) O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é elaborado semestralmente, e deve incluir obrigatoriamente a apuração de restos a pagar processados e não processados.
- e) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) deve conter o balanço financeiro, que especifica, por categoria econômica, as: receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada.

142. Com relação às etapas de execução da despesa pública no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O empenho é o estágio em que ocorre o pagamento da despesa pública, mediante a autorização do ordenador de despesas.
- b) (B) A liquidação verifica o direito do credor com base nos documentos comprobatórios do cumprimento da obrigação pelo ente público.

- c) (C) O pagamento da despesa ocorre imediatamente após o empenho, independentemente da liquidação.
- d) (D) Restos a pagar processados correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até o encerramento do exercício financeiro.
- e) (E) Despesas de exercícios anteriores são automaticamente pagas, desde que constem do orçamento do exercício em que foram geradas.

143. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 fixa a dotação de R\$ 720.000,00 para um elemento de despesa referente a "Serviços de Terceiros". Em 05/05/2024, constatou-se a necessidade de se contratar despesas superiores a esse valor, exigindo a abertura de créditos adicionais. Foram levantadas as seguintes informações para avaliação da viabilidade da abertura do crédito:

- Ativo financeiro em 31/12/2023: R\$ 6.000.000,00
- Passivo financeiro em 30/04/2024: R\$ 4.200.000,00
- Ativo financeiro em 30/04/2024: R\$ 5.400.000,00
- Passivo financeiro em 31/12/2023: R\$ 4.500.000,00
- Até 05/05/2024, não houve operações de crédito nem a reabertura de créditos adicionais.

Com base nessas informações e na Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional que pode ser aberto é:

- a) Suplementar, no limite de R\$ 300.000,00, desde que autorizado por lei.
- b) Especial, no limite de R\$ 1.200.000,00, desde que autorizado por lei e com indicação de recursos disponíveis.
- c) Suplementar, no limite de R\$ 1.500.000,00, com base no superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- d) Especial, no limite de R\$ 600.000,00, com base no superávit financeiro disponível no exercício.
- e) Extraordinário, sem limite, desde que para despesas imprevisíveis e urgentes.

144. A Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício financeiro de 2025 de um ente público respeita o princípio orçamentário da exclusividade ao:

- a) Fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebido em 10/05/2024.
- b) Autorizar a abertura de crédito especial no exercício de 2025.
- c) Fixar o montante da reserva de contingência destinada a despesas imprevistas no referido exercício.
- d) Estabelecer as condições para a concessão de benefícios fiscais a entidades privadas.
- e) Fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebido em 15/02/2025.

145. A Receita Corrente Líquida (RCL) de um ente estadual totalizou R\$ 10.500.000,00 no exercício financeiro de 2023. Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), os limites estabelecidos para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo deste ente são:

- a) O limite global da despesa total com pessoal do Poder Legislativo é de R\$ 315.000,00.
- b) O limite de alerta para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo é de R\$ 3.150.000,00.
- c) O limite prudencial da despesa total com pessoal do Poder Legislativo é de R\$ 2.992.500,00.
- d) O limite global da despesa total com pessoal do Poder Legislativo é de R\$ 3.150.000,00.
- e) O limite prudencial da despesa total com pessoal do Poder Legislativo é de R\$ 3.307.500,00.

146. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício financeiro de 2025 pode:

- a) Fixar despesas com a manutenção de instalações hidráulicas de um prédio público na categoria econômica Despesas Correntes.
- b) Prever receitas oriundas de alienação de bens móveis do patrimônio público na categoria econômica Receitas Correntes.
- c) Prever receitas provenientes de operações de crédito destinadas à aquisição de imóveis na categoria econômica Receitas Correntes.
- d) Fixar despesas relacionadas ao pagamento de juros de dívidas contraídas por antecipação de receita na categoria econômica Despesas de Capital.
- e) Fixar despesas para o pagamento de passivos financeiros relativos a restos a pagar processados do exercício anterior apenas na categoria econômica Despesas de Capital.

147. A Lei Complementar nº 101/2000 determina que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) referente ao exercício financeiro de 2026:

- a) estabelece as metas fiscais para o exercício de 2027, incluindo as estimativas de receitas e despesas primárias do orçamento fiscal.
- b) apresenta anexo de riscos fiscais que contêm a forma de cálculo e compensação das renúncias de receitas previstas para 2026.
- c) dispõe sobre as condições e limites para a expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) determina as diretrizes para a elaboração do Plano Plurianual, abrangendo o período de 2026 a 2029.
- e) inclui o detalhamento das metas de desempenho dos fundos especiais de despesas para o período de 2026.

148. Sobre o ciclo orçamentário, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() A elaboração da proposta orçamentária compreende a consolidação do projeto da lei orçamentária anual pelo Poder Executivo, abrangendo as propostas orçamentárias dos demais Poderes, seguida do envio ao Poder Legislativo para apreciação.

() A execução orçamentária engloba a aplicação dos créditos alocados no Orçamento Geral da União, compreendendo estágios da receita, como arrecadação e recolhimento.

() A avaliação orçamentária compreende a análise do alcance das metas estabelecidas na LOA, a execução dos programas governamentais e os orçamentos da União. Além disso, inclui a avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como na aplicação de recursos por entidades de direito privado.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – F.
- b) V – F – F.
- c) F – F – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

149. A transferência voluntária corresponde à entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Sobre a disciplina das transferências voluntárias previstas na Lei Complementar nº 101/2000, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não considera os valores destinados ao Sistema Único de Saúde;
- II. Sua realização está condicionada à comprovação, por parte do beneficiário, de cumprimento dos

limites legais e constitucionais relativos à educação, à saúde e à segurança;

III. Exige a previsão orçamentária de contrapartida a ser comprovada pelo cedente;

IV. A realização da transferência prescinde de comprovação, por parte do beneficiário, de observância dos limites de inscrição em restos a pagar.

Está correto o que se afirma em

- a) I, III e IV, somente.
- b) III e IV, somente.
- c) I e IV, somente.
- d) III, somente.
- e) I, somente.

150. Assinale a opção que indica uma operação que não se equipara às operações de crédito, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- a) Parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não-financeiras, desde que não impliquem elevação do montante da dívida consolidada líquida.
- b) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
- c) A assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências para a geração de despesa.
- d) O recebimento antecipado de valores de empresa em que o poder público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.
- e) A assunção direta de compromisso, a confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.

DINÂMICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO*Alessandra Lopes*

151. O saneamento básico é um direito essencial garantido pela Constituição Federal de 1988 e um dos pilares para a promoção da dignidade humana e da saúde pública. Em São Paulo, as desigualdades no acesso aos serviços de saneamento, como abastecimento de água, coleta de lixo e rede de esgoto, evidenciam disparidades territoriais profundas. Regiões como Parelheiros e São Miguel Paulista apresentam indicadores críticos, com grande parte da população vivendo sem acesso a serviços essenciais, enquanto bairros centrais desfrutam de infraestrutura avançada.

É causa dessas desigualdades no acesso ao saneamento básico em São Paulo:

- a) A ausência de políticas públicas específicas ao saneamento básico.
- b) Incapacidade do setor privado de oferecer serviços adequados às áreas periféricas.
- c) O histórico de crescimento urbano desordenado combinado com a concentração de investimentos em áreas centrais.
- d) Exclusividade do poder público na gestão dos serviços de saneamento, sem participação da sociedade civil.
- e) A inexistência de um plano municipal que organize a distribuição desses serviços.

152. A gentrificação, com incidência crescente nas áreas urbanas de São Paulo, representa a transformação de bairros populares em espaços valorizados economicamente, o que leva ao deslocamento de moradores de baixa renda para regiões periféricas. Exemplos como Vila Madalena e Bixiga evidenciam como esse processo altera a dinâmica social e econômica, concentrando recursos em determinados territórios e intensificando desigualdades em outros.

Qual das alternativas abaixo NÃO representa uma consequência direta da gentrificação?

- a) Deslocamento solicitado de cidadania.
- b) Aumento do custo de vida nas áreas afetadas.
- c) Melhorar a infraestrutura local e serviços urbanos.
- d) Redução da segregação socioespacial no município.
- e) Perda de identidade cultural das comunidades tradicionais.

153. Sobre a urbanização de São Paulo, é correto afirmar que:

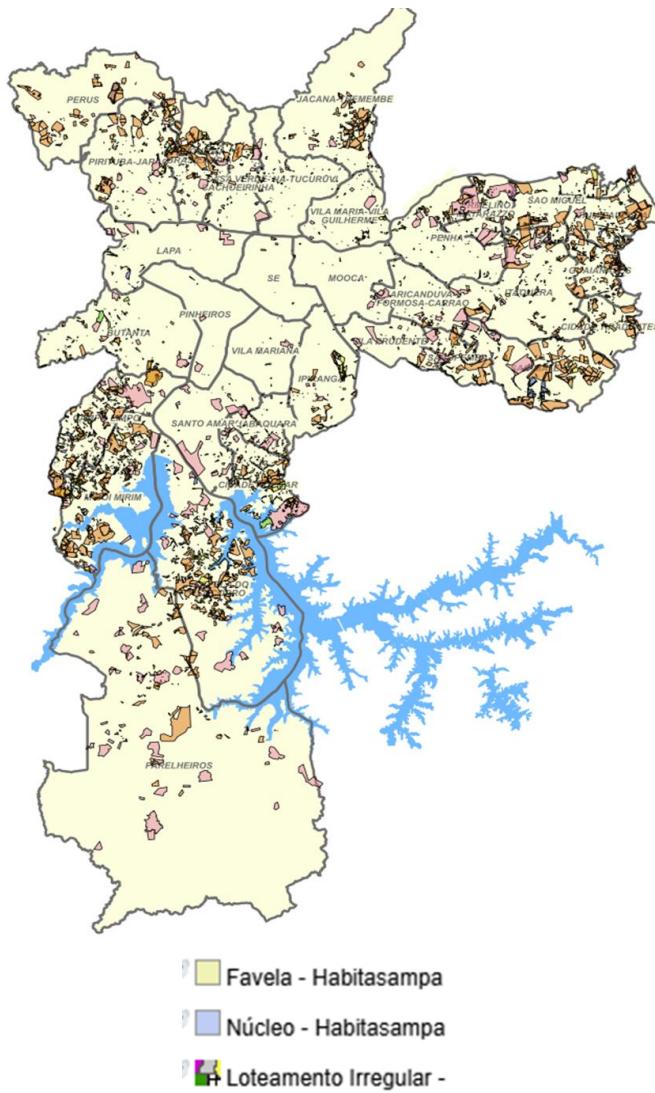
- a) O crescimento urbano foi planejado para integrar populações de diferentes classes sociais em todas as regiões da cidade.
- b) A expansão cafeeira no século XIX contribuiu para o desenvolvimento equilibrado de São Paulo, sem impactos negativos nas áreas urbanas.
- c) A segregação socioespacial foi resolvida na década de 1970 com políticas habitacionais eficazes.
- d) A urbanização foi conduzida exclusivamente pelo setor privado, sem interferência do poder público.
- e) A industrialização e a migração interna resultaram na urbanização desordenada e na criação de periferias precárias.

154. Desde o final do século XIX, São Paulo passou por profundas transformações econômicas e urbanas. O crescimento acelerado da cidade foi impulsionado pela expansão cafeeira, industrialização e migração interna, especialmente nas décadas de 1940 e 1970. Contudo, esse desenvolvimento não foi acompanhado de um planejamento urbano adequado, resultando na formação de periferias desordenadas e segregação socioespacial.

Qual alternativa descreve corretamente a formação e características dos bairros específicos de São Paulo devido ao crescimento urbano desordenado?

- a) O bairro de Higienópolis foi historicamente ocupado por migrantes internos que chegaram na década de 1940 em busca de trabalho industrial e habitação acessível.
- b) Paraisópolis, uma das maiores comunidades de São Paulo, surgiu em um contexto de urbanização planejada, com infraestrutura adequada e investimentos habitacionais a partir da década de 1970.
- c) Cidade Tiradentes foi criada na década de 1980 como um projeto habitacional do poder público para abrigar populações deslocadas das áreas centrais, mas carece de infraestrutura e serviços básicos até hoje.
- d) O bairro de Moema foi ocupado principalmente por migrantes de baixa renda, caracterizando-se como um espaço de periferia urbana até os anos 2000.
- e) Grajaú, no extremo sul, possui um histórico de ocupação regularizada desde sua formação, sem problemas relacionados à infraestrutura ou ao saneamento básico.

155.



O mapa apresentado ilustra a distribuição de favelas, núcleos habitacionais e loteamentos irregulares na cidade de São Paulo. Nota-se os contrastes sociais expressos nos. Essas desigualdades territoriais são reflexo de um histórico de falta de políticas habitacionais abrangentes e do crescimento urbano desordenado.

Com base no mapa e no conhecimento sobre a dinâmica habitacional de São Paulo, é correto afirmar que:

- a) As regiões periféricas, como Parelheiros e Grajaú, concentram uma maior quantidade de favelas e loteamentos irregulares devido à ausência histórica de planejamento urbano e políticas habitacionais inclusivas.

- b) O mapa demonstra uma distribuição equilibrada de favelas e núcleos habitacionais em toda a cidade, refletindo igualdade no acesso à moradia.
 - c) As áreas centrais, como Moema e Jardins, apresentam altos índices de favelas devido à proximidade com os centros econômicos.
 - d) A maior parte dos loteamentos irregulares são específicos para áreas centrais da cidade, enquanto as periferias são totalmente regularizadas.
 - e) As políticas habitacionais adotadas nos últimos 50 anos eliminaram a ocorrência de favelas e loteamentos irregulares na cidade.

DINÂMICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

André Rocha

156. Sobre a situação do saneamento básico no município de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- a) A cidade já atingiu as metas de universalização de saneamento básico preconizadas pela legislação federal.
 - b) O município possui mapeamento de áreas de risco, mas ainda carece de sistemas de alerta para riscos hidrológicos.
 - c) O Conselho Municipal de Saneamento possui atuação essencial e permanente;
 - d) A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é a prestadora de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.
 - e) Os índices de perdas de água durante a distribuição são menores do que a média global, de 25%.

157. Sobre o manejo de resíduos sólidos no município de São Paulo, é correto afirmar que:

- a) A cidade de São Paulo recupera uma porcentagem maior de resíduos sólidos do que o estado de São Paulo e do que a média nacional.
- b) A cidade de São Paulo recupera uma porcentagem menor de resíduos sólidos do que o estado de São Paulo e do que a média nacional.
- c) A cidade de São Paulo recupera uma porcentagem maior de resíduos sólidos do que o estado de São Paulo, mas menor do que a média nacional.
- d) A cidade de São Paulo recupera uma porcentagem menor de resíduos sólidos do que o estado de São Paulo, mas maior do que a média nacional.
- e) A cidade de São Paulo recupera uma porcentagem semelhante de resíduos sólidos do que o estado de São Paulo e a média nacional.

158. Sobre a drenagem de águas pluviais urbanas, analise as afirmações a seguir.

- I – As boas práticas mais modernas para evitar as inundações de corpos hídricos em áreas urbanas preconizam a canalização como uma das principais soluções.
- II – Na cidade de São Paulo, o problema das inundações foi praticamente resolvido nas últimas décadas, sendo que os alagamentos são fenômenos bastante raros atualmente.
- III – A cidade de São Paulo possui um sistema unitário, que agrupa, numa mesma rede, as águas pluviais urbanas e os efluentes do esgoto.

Estão corretos os itens:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I, II e III.
- d) I e II, somente.
- e) Nenhum item está correto.

159. Acerca da poluição ambiental, o uso e ocupação do solo e seu contexto da cidade de São Paulo, assinale a alternativa incorrecta.

- a) Em São Paulo, a constante mudança de uso de solo em função da alteração do perfil econômico da cidade, principalmente nas antigas áreas industriais, favorece a descoberta de áreas contaminadas e indica que existe a possibilidade de sucederem problemas de poluição ambiental.
- b) O projeto Viva o Verde SP tem como objetivo contribuir para alcançar a igualdade na distribuição espacial e na acessibilidade das áreas verdes públicas na cidade.
- c) A área rural do município de São Paulo é de menos de 10%.
- d) Apesar de sua reconhecida estrutura urbana, São Paulo tem uma cobertura vegetal em quase metade do seu território.
- e) A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) é a Secretaria Executiva da Comissão Municipal ODS, órgão colegiado criado para internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), subscrita pelo Brasil.

160. Leia o texto a seguir.

"A qualidade do ar na cidade de São Paulo é a pior do mundo pelo segundo dia consecutivo, nesta terça-feira (10), de acordo com o monitoramento agência suíça IQAir. O ranking inclui 100 grandes cidades de todo o planeta e a avaliação é feita em tempo real, com base no índice desenvolvido pelo instituto.

O resultado apresentado para cada uma das cidades elencadas é resultado da média do indicador de todas as estações naquele município para um momento específico. A lista é atualizada de hora em hora."

Fonte: CNN Brasil, disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cidade-de-sao-paulo-tem-ar-mais-poluido-do-mundo-pelo-2o-dia-consecutivo>

Sobre a poluição do ar, assinale a alternativa correta.

- a) Os principais impactos da poluição do ar na saúde humana estão relacionados a problemas renais e de pele.
- b) Alguns dos principais poluentes atmosféricos primários produzidos por automóveis são o monóxido de carbono e o ozônio troposférico.
- c) O monóxido de carbono apresenta elevada toxicidade aos seres humanos, mas é um poluente percebido facilmente devido ao odor de ovo podre.
- d) A inversão térmica é um fenômeno natural, mas que pode ser trazer consequência sérias em termos de poluição atmosférica, sobretudo em grandes centros urbanos e nos dias de inverno.
- e) As ilhas de calor são um fenômeno típico de cidades pouco populosas, sendo raras na cidade de São Paulo.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS**POLÍTICAS PÚBLICAS**

Rodrigo Rennó

161. O processo de formulação de políticas públicas é complexo e envolve diversas etapas. Qual das alternativas abaixo NÃO representa uma etapa típica nesse processo?

- a) Identificação do problema e agenda setting.
- b) Formulação de alternativas e escolha de soluções.
- c) Implementação da política e alocação de recursos.
- d) Avaliação dos resultados e monitoramento da política.
- e) Privatização de todos os serviços públicos relacionados à política.

162. No contexto da gestão de políticas públicas, a descentralização pode ser compreendida como:

- a) A concentração de poder decisório nas mãos do governo federal.
- b) A transferência de responsabilidades para esferas administrativas inferiores, como estados e municípios.
- c) A centralização da gestão de recursos financeiros no governo federal.
- d) A redução da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas.
- e) A padronização de políticas públicas em nível nacional, ignorando as especificidades locais.

163. O controle social no âmbito das políticas públicas se caracteriza por:

- a) Ser exercido exclusivamente pelos órgãos de controle interno do governo.
- b) Impedir a participação da sociedade civil na gestão pública.
- c) Ser um mecanismo que inibe a transparência na gestão pública.
- d) Permitir a participação da sociedade na fiscalização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.
- e) Ser um instrumento de controle do governo sobre as ações da sociedade civil.

164. A discricionariedade administrativa, no contexto da implementação de políticas públicas, refere-se à:

- a) Impossibilidade de o agente público tomar decisões, devendo seguir rigorosamente a lei.
- b) Liberdade de escolha do agente público dentro dos limites legais para a tomada de decisão.
- c) Falta de previsão legal para a atuação do agente público, gerando insegurança jurídica.
- d) Obrigação do agente público de consultar a população antes de tomar qualquer decisão.
- e) Proibição da atuação do agente público em qualquer situação que não esteja expressamente prevista em lei.

165. Qual dos seguintes elementos NÃO é considerado um fator que influencia a incidência de corrupção em políticas públicas?

- a) Falta de transparência e acesso à informação.
- b) Baixos salários dos servidores públicos.
- c) Fiscalização deficiente por parte dos órgãos de controle.
- d) Cultura organizacional que valoriza a ética e a integridade.
- e) Complexidade excessiva dos processos burocráticos.

166. A avaliação de políticas públicas é um componente essencial para a boa governança. Qual das seguintes alternativas representa um objetivo da avaliação de políticas públicas?

- a) Impedir a participação da sociedade na formulação de políticas.
- b) Reduzir a accountability dos gestores públicos.
- c) Desestimular a aprendizagem e o aprimoramento das políticas.
- d) Aperfeiçoar a alocação de recursos e melhorar a efetividade das políticas.
- e) Aumentar a burocracia e a complexidade na gestão pública.

167. Os indicadores de desempenho de políticas públicas são instrumentos utilizados para:

- a) Ocultar os resultados das políticas públicas da sociedade.
- b) Dificultar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.
- c) Medir a efetividade das políticas públicas e o alcance de seus objetivos.
- d) Impedir a comparação entre diferentes políticas públicas.
- e) Substituir a necessidade de avaliação qualitativa das políticas públicas.

168. No contexto das políticas públicas, a construção de agendas pode ser entendida como:

- a) A definição de prioridades e a inclusão de temas na agenda governamental.
- b) A elaboração de cronogramas para a implementação de políticas públicas.
- c) A organização de eventos e debates sobre políticas públicas.
- d) A alocação de recursos financeiros para as políticas públicas.
- e) A avaliação dos resultados das políticas públicas.

169. A implementação de políticas públicas frequentemente enfrenta desafios. Qual das alternativas abaixo NÃO representa um desafio típico na implementação de políticas públicas?

- a) Resistência à mudança por parte de grupos afetados pela política.
- b) Falta de clareza nos objetivos e metas da política.
- c) Comunicação eficiente entre os atores envolvidos na implementação.
- d) Capacidade técnica e gerencial dos implementadores.
- e) Disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

170. Arranjos institucionais para a implementação de políticas públicas referem-se a:

- a) Estruturas e mecanismos que organizam a atuação dos atores envolvidos na implementação da política.
- b) Acordos informais entre os gestores públicos para a implementação de políticas.
- c) Processos de privatização de serviços públicos.
- d) Mecanismos de controle social que impedem a implementação de políticas públicas.
- e) Estudos acadêmicos sobre políticas públicas.

171. O financiamento de políticas públicas é um aspecto crucial para sua implementação. Qual das alternativas abaixo representa uma fonte de financiamento para políticas públicas no Brasil?

- a) Exclusivamente recursos provenientes de doações de empresas privadas.
- b) Recursos provenientes de impostos, taxas e contribuições sociais.
- c) Apenas recursos provenientes de empréstimos internacionais.
- d) Somente recursos gerados por atividades de empresas estatais.
- e) Recursos provenientes exclusivamente de organizações não governamentais.

172. A participação social na gestão pública é um elemento importante para a democracia. Qual das alternativas abaixo representa um mecanismo de participação social na formulação e implementação de políticas públicas?

- a) Conselhos gestores de políticas públicas.
- b) Proibição de manifestações públicas.
- c) Centralização de todas as decisões no Poder Executivo.
- d) Restrição do acesso à informação governamental.
- e) Eliminação de eleições diretas.

173. No contexto da gestão pública, a equidade social pode ser entendida como:

- a) Tratamento igualitário para todos os cidadãos, independentemente de suas necessidades.
- b) Privilégio de determinados grupos sociais em detrimento de outros.
- c) A garantia de acesso a direitos e oportunidades de forma justa, considerando as diferenças e necessidades de cada indivíduo.
- d) A concentração de recursos nas mãos de uma minoria privilegiada.
- e) A exclusão social de grupos minoritários.

174. O papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas pode ser definido como:

- a) Agente neutro, sem qualquer intervenção na sociedade.
- b) Promotor de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade, buscando o bem-estar social.
- c) Ator que age exclusivamente em benefício próprio, sem considerar as necessidades da população.
- d) Entidade que impede o desenvolvimento econômico e social.
- e) Agente que atua apenas em situações de crise, sem planejamento de longo prazo.

175. A burocracia, no contexto da administração pública, pode ser entendida como:

- a) Um conjunto de normas e procedimentos que visam organizar e controlar a administração pública, buscando eficiência e imparcialidade.
- b) A desorganização e a ineficiência na administração pública.
- c) A prática de favorecimento e clientelismo na gestão pública.
- d) A falta de controle e a corrupção na administração pública.
- e) Um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social.

176. Quais dos seguintes aspectos podem ser considerados fatores que promovem a qualidade das políticas públicas?

- a) Falta de transparência e participação social.
- b) Corrupção e clientelismo.
- c) Planejamento inadequado e falta de avaliação.
- d) Desenvolvimento de capacidades estatais, accountability e participação cidadã.
- e) Concentração de poder e autoritarismo.

177. No contexto da avaliação de políticas públicas, a avaliação de impacto busca:

- a) Identificar os efeitos de uma política pública sobre a população ou problema que se buscava solucionar.
- b) Analisar o processo de implementação de uma política pública, sem focar nos resultados.
- c) Verificar a legalidade dos atos praticados durante a implementação de uma política pública.
- d) Medir a satisfação da população com a política pública implementada.
- e) Analisar o custo-benefício da política pública, sem considerar seus impactos sociais.

178. A gestão por resultados no contexto das políticas públicas se caracteriza por:

- a) Definir metas e objetivos claros para as políticas públicas e utilizar indicadores para monitorar o seu alcance.
- b) Ignorar os resultados das políticas públicas e focar apenas nos processos.
- c) Desconsiderar a necessidade de planejamento e avaliação das políticas públicas.
- d) Centralizar todas as decisões no Poder Executivo, sem considerar a participação social.
- e) Priorizar o cumprimento de normas e procedimentos, independentemente dos resultados alcançados.

179. A accountability, no contexto da gestão pública, pode ser definida como:

- a) A falta de transparência na gestão pública.
- b) A irresponsabilidade dos gestores públicos por seus atos.
- c) A obrigação dos gestores públicos de prestar contas de seus atos e decisões à sociedade.
- d) O privilégio de determinados grupos sociais em detrimento de outros.
- e) A ausência de controle social sobre as ações do governo.

180. Qual das seguintes alternativas representa um dilema ético na implementação de políticas públicas?

- a) A escolha entre diferentes alternativas de políticas públicas, com diferentes impactos sociais.
- b) A utilização de indicadores de desempenho para monitorar os resultados das políticas públicas.
- c) A realização de consultas públicas para a formulação de políticas públicas.
- d) A aplicação de métodos científicos para a avaliação de políticas públicas.
- e) A divulgação dos resultados da avaliação de políticas públicas para a sociedade.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI). LEI FEDERAL N° 12.527/2011 E ALTERAÇÕES. REGULAMENTA A LAI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO MUNICIPAL N° 53.623/2012, LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI). LEI FEDERAL N° 12.527/2011 E ALTERAÇÕES.

REGULAMENTA A LAI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO MUNICIPAL N° 53.623/2012, PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LEI FEDERAL N° 13.460/2017 E ALTERAÇÕES. REGULAMENTA A LEI DE DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO N° 58.426/2018,

Herbert Almeida

181. João solicitou a um órgão público federal acesso a informações detalhadas sobre um projeto de urbanização em sua cidade. O órgão informou que não possuía a informação solicitada, mas que outro órgão da mesma esfera administrativa era o responsável por sua custódia. No entanto, João não foi comunicado sobre a remessa do pedido ao órgão correto e não recebeu qualquer orientação adicional dentro do prazo legal. Com base nos dispositivos da Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) o órgão público agiu corretamente ao não encaminhar o pedido a outro órgão, pois a Lei de Acesso à Informação não prevê esse tipo de obrigação.
- b) o órgão público poderia prorrogar o prazo para resposta em até 20 dias adicionais, desde que apresentasse justificativa expressa ao solicitante.
- c) o órgão público deveria ter remetido o requerimento ao órgão responsável e informado a João da remessa, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.
- d) a negativa de encaminhar o pedido é válida, desde que o órgão informe ao requerente sobre a autoridade superior para recorrer.

e) a responsabilidade pela obtenção da informação solicitada recai exclusivamente sobre o requerente, não cabendo ao órgão público orientar sobre onde buscá-la.

182. Maria solicitou a uma entidade pública a reprodução de documentos históricos armazenados em microfilme. O órgão concordou em fornecer as cópias, mas exigiu o pagamento de valores elevados para resarcimento dos custos de reprodução. Maria, porém, declarou que não tinha condições econômicas de arcar com os custos, e o órgão negou a isenção do pagamento, alegando que a gratuidade não se aplica em situações que envolvam reprodução de materiais raros. Com base na Lei de Acesso à Informação, o órgão público:

- a) agiu corretamente, pois a gratuidade se aplica apenas à busca e não à reprodução de materiais específicos.
- b) deve fornecer as cópias gratuitamente, uma vez que Maria demonstrou não ter condições econômicas para arcar com os custos.
- c) poderia arbitrar a taxa para o fornecimento da informação, considerando o valor de uso da informação disponibilizada.
- d) deve fornecer os documentos gratuitamente em qualquer situação, visto que o acesso à informação pública é um direito incondicional.
- e) não precisa fornecer os documentos, pois a preservação de materiais históricos prevalece sobre o direito de acesso.

183. Uma organização não governamental solicitou a uma secretaria estadual informações sobre contratos de construção em escolas públicas. O pedido foi negado, com a justificativa de que os documentos eram sigilosos. Contudo, a decisão não foi detalhada, nem foi informado à organização como recorrer dessa negativa. Com base na Lei de Acesso à Informação, o órgão público deveria:

- a) informar as razões da negativa, detalhar as condições para recurso, prazos e a autoridade competente, conforme exigido pela Lei de Acesso à Informação.
- b) garantir o acesso imediato às informações, pois a restrição de acesso é vedada nos contratos administrativos.
- c) encaminhar o pedido à autoridade superior automaticamente, para análise e eventual reconsideração.
- d) publicar os contratos diretamente em seu portal eletrônico, tornando a solicitação desnecessária.
- e) justificar a negativa com base na proteção de dados pessoais dos servidores envolvidos no contrato.

184. Nos termos da Lei nº 13.460/2017, constitui direito básico do usuário do serviço público o direito de:

- a) utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé.
- b) prestar as informações pertinentes ao serviço prestado quando solicitadas.
- c) comunicação prévia da suspensão da prestação de serviço.
- d) colaborar para a adequada prestação do serviço.
- e) preservar as condições dos bens públicos por meio dos quais lhe são prestados os serviços públicos.

185. Considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017 sobre os conselhos de usuários, marque a opção correta.

- a) os conselhos de usuários são órgãos consultivos, cujas propostas não são compulsórias.
- b) os conselhos de usuários podem propor melhorias na prestação dos serviços, mas não se encarregam de atividades de avaliação.
- c) a participação do usuário no conselho será considerada serviço relevante, cuja remuneração será fixada em lei.
- d) em respeito ao princípio da segregação, o conselho deverá se abster de emitir opinião sobre a escolha do ouvidor.
- e) a escolha dos representantes será feita em processo sigiloso, com o objetivo de preservar a autonomia de cada membro.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, LEI FEDERAL N° 13.709/2018 E ALTERAÇÕES. REGULAMENTA A LGPD NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO MUNICIPAL N° 59.767/2020,

Antônio Daud

186. Considerando os preceitos legais estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) todas as empresas estatais deverão seguir as regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos e demais entidades do Poder Público.
- b) a autoridade nacional poderá dispor sobre padrões e técnicas utilizados em processos de anonimização, ouvido o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais (CNPD).
- c) na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro.
- d) a autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais, bem como emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da referida Lei.
- e) os dados pessoais custodiados pelo poder público deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado.

189. No que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, assinale a alternativa compatível com as regras legais:

- a) deve ser realizado com o consentimento dado por ambos os pais ou, em sua ausência, pelos responsáveis legais.
- b) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, devendo ser imediatamente utilizados ou armazenados para uso futuro.
- c) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento para sua proteção, podendo ser livremente repassados a terceiro.
- d) a participação de crianças em atividades de entretenimento online fica condicionada ao amplo fornecimento de suas informações pessoais.
- e) o controlador deve envidar esforços razoáveis para verificar que o consentimento foi efetivamente dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

188. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que menciona situação na qual NÃO se aplica a Lei 12.527/2011:

- a) entidades controladas indiretamente pelo município de São Paulo.
- b) Tribunal de Contas do Município.
- c) municípios com até 10.000 habitantes.
- d) empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
- e) empresas privadas que recebam recursos públicos originários de contratos administrativos, incluindo todos os recursos geridos pela entidade e sua destinação, independentemente da origem.

189. Heráclito teve negado o acesso à informação por órgão federal chefiado por Zeus. Caso futuramente Heráclito recorra desta decisão à Controladoria-Geral da União (CGU), atendidos os requisitos legais aplicáveis, NÃO se incluindo entre suas deliberações decidir se:

- a) o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.
- b) a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação.
- c) os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos na Lei de Acesso à Informação não tiverem sido observados.
- d) encaminhará ao Tribunal de Contas da União (TCU) os dados do responsável pelo indeferimento do acesso à informação, para instauração de sindicância, tendo em vista o apoio que o controle interno deve dar ao externo.
- e) estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação.

190. Nos termos previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), são consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado que admitem classificação:

- a) relacionadas à tutela judicial de direitos fundamentais.
- b) que possam comprometer atividades de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.
- c) relacionadas à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral.
- d) relacionadas ao cumprimento de ordem judicial.
- e) necessárias à proteção do interesse público e geral preponderante.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (APLICAÇÃO DE PENALIDADES À PRÁTICA DE ASSÉDIO MORAL, LEI MUNICIPAL Nº 13.288/2002 E ALTERAÇÕES, PREVENÇÃO E O COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, LEI MUNICIPAL Nº 16.488/2016 E ALTERAÇÕES, ORGANIZA A POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO, LEI MUNICIPAL Nº 17.273/2020 E ALTERAÇÕES)

Géssica Ehle

191. Nos termos da Lei Municipal nº 13.288/2002 que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral junto ao município de São Paulo, assinale a alternativa que corresponde às penalidades administrativas previstas expressamente para a prática de “assédio moral” nas dependências do local de trabalho.

- a) advertência, multa e demissão
- b) advertência, curso de aprimoramento profissional e destituição
- c) multa, suspensão e demissão
- d) curso de aprimoramento profissional, multa e cassação
- e) multa, advertência e suspensão

192. A Lei Municipal nº 13.288/2002 dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Municipal Direta e Indireta por servidores públicos municipais de São Paulo. Sobre a referida norma, julgue os itens a seguir.

I. Assédio moral é todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a autoestima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, como espalhar rumores maliciosos sobre outro servidor.

II. Servidores públicos municipais sujeitos à penalidade administrativas de multa pela prática de “assédio moral” nas dependências do local de trabalho, terá de pagar o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

III. As penas de curso de aprimoramento profissional, suspensão e multa deverão ser objeto de notificação por escrito ao servidor infrator.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

193. A Lei nº 16.488, de 13 de julho de 2016, que dispõe sobre a prevenção e o combate ao assédio sexual na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do município de São Paulo, é correto afirmar que:

- a) São tipos de assédio expressamente previstos, o assédio sexual por chantagem, o assédio sexual por intimidação e o assédio sexual mediante coação ou grave ameaça
- b) Assédio sexual é todo tipo de ação, gesto, palavra ou comportamento que cause constrangimento com conotação sexual, independentemente da

existência de relação hierárquica entre assediador e vítima do assédio

- c) para a configuração do assédio sexual, deve-se levar em conta a qual é a espécie de vínculo laboral da pessoa assediada com a Administração Pública
- d) a da reiteração ou habitualidade da conduta de assédio sexual contará para sua configuração
- e) Nos casos de assédio sexual por chantagem, a pena mínima é a de repreensão

194. Quanto às penalidades administrativas às quais ficam sujeitos os agentes públicos municipais, sem prejuízo de sua responsabilidade nas esferas civil e criminal, em decorrência da prática de assédio sexual, assinale a alternativa não prevista expressamente pela Lei n. A Lei nº 16.488/2016.

- a) advertência
- b) repreensão
- c) suspensão
- d) demissão a bem do serviço público
- e) cassação de aposentadoria ou disponibilidade

195. Segundo a Lei n. 17.273/2020, que organiza a Política Municipal de Prevenção da Corrupção, cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, cria o Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção, assinale a alternativa que trata de um dos objetivos da Política Municipal de Prevenção da Corrupção expressos pela norma.

- a) observância da publicidade como norma geral e do sigilo como exceção, nos casos previstos em lei;
- b) divulgação de todas as informações de caráter público, independentemente de solicitação;
- c) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública;
- d) desenvolvimento do controle social da Administração Pública;
- e) garantir a rápida detecção e tomada de providências relativas a sobrepreço por meio da comparação permanente das despesas

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (CÓDIGO DE CONDUTA FUNCIONAL DOS AGENTES PÚBLICOS E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DECRETO MUNICIPAL N° 56.130/2015)*Tiago Zanolla*

196. O Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal, instituído pelo Decreto nº 56.130/2015, tem como um de seus objetivos:

- a) Garantir a ampliação da remuneração dos agentes públicos.
- b) Promover a eficiência no uso dos recursos públicos, sem a necessidade de prestação de contas.
- c) Estabelecer normas éticas de conduta e ampliar a confiança da sociedade na integridade da Administração Pública Municipal.
- d) Restringir o controle social das normas de conduta funcional.
- e) Permitir que os agentes públicos priorizem interesses pessoais em situações de conflito ético.

197. De acordo com o Decreto nº 56.130/2015, qual dos seguintes comportamentos **não é permitido** ao agente público?

- a) Usar informações privilegiadas obtidas no trabalho para benefício próprio ou de terceiros.
- b) Participar de eventos político-eleitorais desde que isso não prejudique suas funções públicas.
- c) Zelar pelo sigilo de informações sensíveis ou que atentem contra a privacidade.
- d) Manter limpo e organizado o local de trabalho.
- e) Compartilhar conhecimentos adquiridos em treinamentos realizados em função do trabalho.

198. Segundo o Decreto nº 56.130/2015, os agentes públicos são obrigados a respeitar os seguintes princípios e valores, **exceto**:

- a) Pontualidade.
- b) Legalidade.
- c) Abuso de poder.
- d) Compromisso com o interesse público.
- e) Transparência.

199. O agente público, incluído o da alta administração, deve observar as normas relativas à prevenção de conflitos de interesses. Nesse sentido, o que configura conflito de interesses conforme o Decreto nº 56.130/2015?

- a) Prestar serviços eventuais a uma empresa regulada pela Administração Pública Municipal.
- b) Divulgar informações públicas conforme a legislação.
- c) Recusar-se a atender demandas que violem a legislação.
- d) Participar de reuniões político-partidárias fora do horário de expediente.
- e) Respeitar a hierarquia e denunciar ordens manifestamente ilegais.

200. O Decreto nº 56.130/2015 vedava a aceitação de presentes, benefícios ou vantagens pelos agentes públicos, exceto:

- a) Presentes com valor comercial inferior a R\$ 300,00.
- b) Benefícios de fornecedores da Administração Pública Municipal.
- c) Presentes decorrentes de premiações ou brindes de até R\$ 100,00 distribuídos por cortesia ou propaganda.
- d) Presentes oferecidos durante viagens de trabalho, independentemente de valor.
- e) Contribuições financeiras para campanhas político-eleitorais.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*Emannuelle Gouveia*

201. Segundo a LGPD, são agentes de tratamento:

- a) operador e controlador
- b) operador e encarregado
- c) controlador e encarregado
- d) apenas o encarregado
- e) apenas o controlador

202. Das letras abaixo marque aquela que contém princípios básicos da LGPD:

- a) finalidade, urgência.
- b) finalidade, necessidade
- c) adequação, indisponibilidade
- d) segurança, sigilo.
- e) adequação, sigilo:

203. Na segurança da informação um dos pontos mais importantes é conscientizar os usuários da importância do uso correto de senhas e das regras básicas para a sua criação e armazenamento, visto que, uma senha mal criada ou mal guardada pode gerar uma vulnerabilidade para o negócio como um todo. Das letras abaixo, marque a que contém uma senha criada com regras adequadas de segurança.

- a) 1234567
- b) Deus
- c) 24082000
- d) Y&23Jmp2
- e) maeCleide

204. O modelo de governança de dados em que o mesmo modelo operacional e padrões de governança de dados são adotados por cada unidade de negócios é o:

- a) centralizado

- b) replicado
- c) normalizado
- d) federado
- e) distribuído

205. Dos gráficos abaixo, marque aquele que é mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- a) De Linha
- b) Barra
- c) Coluna.
- d) De Dispersão
- e) Pizza

206. Hoje, existem frameworks que otimizam recursos ao fornecer diretrizes para a governança e gestão eficaz da tecnologia da informação, ajudando as organizações a identificarem e priorizarem os investimentos em TI, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira adequada e alinhada aos objetivos do negócio. Um dos mais utilizados atualmente no mercado é:

- a) PMBOK
- b) UML
- c) COBIT
- d) JAVA
- e) HTML

207. Maria, que está realizando uma manutenção em alguns dados na CGM, inadvertidamente executou um comando em SQL que apagou todos os dados de uma determinada tabela e também a estrutura da mesma. Nesse caso, podemos afirmar que Maria usou o comando:

- a) DROP TABLE seguido do nome da tabela
- b) TRUNCATE TABLE seguido do nome da tabela
- c) DELETE ALL seguido do nome da tabela
- d) DELETE * seguido do nome da tabela
- e) UPDATE seguido do nome da tabela

208. Para aumentar a qualidade dos dados, muitas vezes são adotadas técnicas de Data Cleaning. Sobre elas é correto afirmar:

- a) Não deve ser utilizada em grandes negócios, pois pode ser considerada como uma etapa desnecessária para a tomada de decisão
- b) É uma técnica muito usada pelos banco de dados no processamento de dados estruturados
- c) Deve ser adotada para todas as soluções de pequenos volumes de dados
- d) Consiste em um processo de eliminação de dados inválidos, "sujos" ou pouco informativos.
- e) Exige a montagem e criação de uma outra base de dados para o seu armazenamento.

209. O elemento básico utilizado para identificar um registro único em uma tabela é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

210. É uma função do Administrador do Banco de dados:

- a) Padronizar os nomes dos objetos do BD
- b) Controlar a existência de informações redundantes.
- c) Monitorar o desempenho do banco de dados e responder aos requisitos de mudança.
- d) Trabalhar de forma cooperativa nos modelos de dados da organização.
- e) Implementar as querys de consultas diretamente.

NOÇÕES DE AUDITORIA

Guilherme Santanna

211. O auditor independente responsável por auditoria de demonstrações contábeis:

- a) está impedido de emitir o seu relatório se ele não tiver algumas das informações financeiras e não financeiras ou todas elas.
- b) que concluir pela existência de distorção relevante em informações financeiras ou não financeiras incluídas no relatório anual da entidade, deve requerer a sua correção aos responsáveis pela governança e, se não atendido, solicitar à administração.
- c) na excepcionalidade de informações financeiras e não financeiras incluídas no relatório anual da entidade se tornarem disponíveis subsequentemente ao relatório do auditor, tem que atualizar os procedimentos realizados.
- d) ao identificar que parece existir inconsistência relevante, deve discutir a questão com a administração e, se necessário, realizar outros procedimentos.
- e) ao avaliar a consistência dos valores ou outros itens selecionados das outras informações com as demonstrações contábeis, tem que comparar todos os valores, que devem ser os mesmos, de forma detalhada, com os valores ou outros itens das demonstrações contábeis.

212. As auditorias governamentais realizadas no setor público definidas nas Normas de Auditoria Governamental - NAGs classificam-se em Auditoria de Regularidade, Contábil, de Cumprimento Legal, e Operacional. Corresponde a uma auditoria do tipo Operacional:

- a) exame independente, objetivo e confiável que examine os processos, ciclos operacionais, serviços prestados, programas, atividades ou demais órgãos da Administração Pública se estão funcionando de acordo com os princípios da economicidade, eficiência e efetividade e se há espaço para aperfeiçoamento, além dos aspectos de legalidade.
- b) o exame da observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao ente público.
- c) tem por escopo certificar que as entidades responsáveis cumpriram sua obrigação de prestar contas, o que inclui o exame e a avaliação dos registros orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais e a emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis.
- d) o trabalho no qual o auditor expressa sua opinião frente ao exame da avaliação dos registros das demonstrações contábeis; do cumprimento das disposições legais e regulamentares; do sistema interno; e da probidade e da correção das decisões administrativas adotadas pelo ente auditado.
- e) tem por objeto a situação financeira, o desempenho, os fluxos de caixa ou outros elementos integrantes das demonstrações financeiras.

213. A NBC TA 200 prevê que o objetivo da auditoria de demonstrações contábeis é

- a) aumentar o grau de confiança por parte dos usuários.
- b) prevenir e detectar fraudes.
- c) possibilitar ao auditor independente o cumprimento das normas.
- d) permitir ao auditor o cumprimento das normas éticas de auditoria.
- e) indicar direitos e deveres do auditor e da entidade auditada.

214. O auditor deve definir o alcance, a época e a direção da auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria. Esses aspectos fazem parte do estabelecimento

- a) da determinação do escopo do trabalho.
- b) da identificação das distorções relevantes.
- c) dos fatores significativos do julgamento profissional.
- d) dos resultados das atividades preliminares.
- e) da estratégia global de auditoria.

215. Os testes de observância

- a) são procedimentos de auditoria destinados a obter competente e razoável evidência corroborativa da validade e propriedade do tratamento contábil das transações e saldos. Como exemplos de procedimentos, estão os testes de transações e saldos; e os procedimentos de revisão analítica.
- b) visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estejam em efetivo funcionamento e cumprimento. Como exemplos de procedimentos estão os testes de transações e saldos; e os procedimentos de revisão analítica.
- c) visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estejam em efetivo funcionamento e cumprimento. Como exemplos, estão os seguintes procedimentos: inspeção, observação, investigação e confirmação.
- d) constituem a verificação contábil de maior profundidade, revestida de tecnologia competente para o exame da essência e da validade das situações informadas e encontradas. Como exemplo de procedimento, estão os testes globais, quando o auditor pode convencer-se de que o saldo total é razoável, sem necessidade de testes detalhados.
- e) constituem a verificação contábil de maior profundidade, revestida de tecnologia competente para o exame da essência e da validade das

situações informadas e encontradas. Como exemplos, estão os seguintes procedimentos: inspeção, observação, investigação e confirmação.

216. Conforme a NBC TA 520, procedimentos analíticos podem ser definidos como

- a) o expediente de confirmar se as funções críticas de controle interno estão sendo efetivamente executadas.
- b) expedientes e análises realizadas nas demonstrações contábeis consolidadas, sem desdobramento ao nível de elemento individual de informação, pois estes constituem objeto dos procedimentos sintéticos.
- c) expedientes e análises realizadas nos desdobramentos ao nível de elemento individual de informação, sem as agregações das demonstrações contábeis consolidadas, pois estas constituem objeto dos procedimentos sintéticos.
- d) avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.
- e) a emissão do parecer de auditoria, após concluído todo o trabalho de campo.

217. A amostragem estatística é a abordagem em que há

- a) aplicação de procedimentos de auditoria em 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria.
- b) seleção aleatória dos itens da amostra e uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados.
- c) aplicação de procedimentos de auditoria de maneira que nem todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas.
- d) seleção aleatória dos itens da amostra, somente.
- e) uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados, somente.

218. De acordo com a NBC TA 700, considere:

- I. O auditor independente deve formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões alcançadas pela evidência de auditoria obtida.
- II. O auditor independente deve expressar sua opinião não modificada quando concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável.
- III. O nome do sócio do trabalho ou do responsável técnico deve constar do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.
- IV. O relatório do auditor independente pode ter data anterior à data em que ele obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV
- b) II e III
- c) I
- d) I, II e III
- e) I, II e IV

219. Considerando os procedimentos a serem utilizados por um Auditor, com o objetivo de promover a auditoria no Passivo Circulante de uma empresa no grupo de contas de Fornecedores, podem-se mencionar como procedimentos:

- I. Inspeção documental das compras realizadas para o imobilizado e a respectiva inspeção física desses bens.
- II. Obtenção da relação de fornecedores e dos documentos que a embasam, tais como: notas fiscais e duplicatas.
- III. Obter a confirmação de saldos da conta contábil de fornecedores por meio de confirmação externa.
- IV. Confronto de contagens físicas de estoque com listagens de inventário preparado pela empresa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I e IV.

220. Conforme o Manual Operacional de Auditoria da Auditoria Geral do Município, os testes substantivos são aqueles que verificam a suficiência, a exatidão e a validade dos dados objeto da análise. São empregados pelo auditor para obter evidências suficientes e convincentes para fundamentar sua opinião sobre a adequação das transações realizadas. Por meio de testes substantivos, é possível verificar EXCETO:

- a) Existência – se existem os dados, fatos ou transações além daqueles registrados ou demonstrados;
- b) Conformidade – se os atos ou fatos ocorreram em conformidade com as leis ou os regulamentos aplicados;
- c) Avaliação e aferição – se os itens que compõem determinados dados, fatos ou transações foram avaliados e aferidos corretamente;

- d) Participação das partes interessadas – se os interessados em determinado registro/comunicação obtiveram as informações sua totalidade;
- e) Divulgação – se os dados, fatos ou transações foram corretamente divulgados.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Silvio Sande

221. A empresa Santana S.A. negocou com um fornecedor a aquisição de 240.000 unidades de determinada mercadoria que deveriam ser entregues nos 12 meses posteriores. A negociação ocorreu em 31/05/2020 e, tendo em vista a perspectiva de aumento de preços no período, a Santana S.A. pagou, nesta data, o valor integral de R\$ 36.000.000,00 ao fornecedor.

Durante o ano de 2020, a empresa requereu, e o fornecedor entregou, 70% do total de unidades contratadas. O valor evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, correspondente ao direito que a empresa Santana S.A. detinha sobre o fornecedor foi, em reais:

- a) 0,00.
- b) 7.200.000,00.
- c) 10.000.000,00.
- d) 10.800.000,00.
- e) 25.200.000,00

222. Um escritório de contabilidade contratou o aluguel de um imóvel comercial por 16 meses no mês de fevereiro de X1 e pagou antecipadamente o valor de R\$ 420.000,00, referente ao aluguel dos 16 meses. Sabendo-se que a contabilidade do escritório é feita a regime de competência, no encerramento de X1, esse pagamento será contabilizado da seguinte forma:

- a) R\$ 288.750,00 em Despesas; R\$ 131.250,00 no Ativo.
- b) R\$ 26.250,00 em Ativo.
- c) R\$ 420.000,00 em Despesas.
- d) R\$ 288.750,00 no Ativo e R\$ 26.250,00 em Despesas.
- e) R\$ 420.000,00 no Ativo.

223. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2020 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4% a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3% a.m.	4.200.000,00

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020,, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- a) 10.600.000,00
- b) 10.580.000,00
- c) 10.660.000,00
- d) 10.664.000,00
- e) 10.190.000,00

224. O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2019, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2019
Ambiental	R\$ 3.000.000,00
Tributária	R\$ 2.800.000,00
Fiscal I	R\$ 2.200.000,00

Em 31/12/2020 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2020	Valor estimado em 31/12/2020 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 1.900.000,00
Tributária	Provável	R\$ 2.300.000,00
Fiscal I	Possível	R\$ 1.900.000,00
Fiscal II	Provável	R\$ 5.300.000,00
Trabalhista	Possível	R\$ 1.100.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2020, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- a) despesa total no valor de R\$ 8.000.000,00.
- b) despesa total no valor de R\$ 5.800.000,00.
- c) despesa total no valor de R\$ 4.500.000,00.
- d) despesa total no valor de R\$ 1.500.000,00.
- e) (E) receita total no valor de R\$ 500.000,00.

225. A Cia. Comercial Guarulhos adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

– Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 1.200.000,00

– Valor total do seguro: R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis:R\$ 140.000,00

– Tributos não recuperáveis:R\$ 100.000,00

A Cia. Comercial Guarulhos revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Guarulhos, em relação à transação realizada foi, em reais,

a) 556.000,00

b) 580.000,00

c) 600.000,00

d) 620.000,00

e) 640.000,00

226. A Cia. Taubaté adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Taubaté, em 31/12/2020, foi, em reais, de

a) 140.000,00.

b) 157.500,00.

c) 168.000,00.

d) 135.000,00

e) 170.000,00.

227. A Cia. Cutias obteve, em 01/12/2023, um empréstimo para financiar sua expansão. O valor do empréstimo foi R\$ 30.000.000,00 e o pagamento para sua liquidação integral (principal e juros) ocorrerá em 30/11/2024. A taxa de juros compostos negociada foi 12% a.a. e os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram de R\$ 200.000,00. Se o empréstimo é mensurado pelo método do custo amortizado, o seu reconhecimento no Balanço Patrimonial da Cia. Cutias, em 01/12/2023, provocou um aumento líquido total de

a) R\$ 28.000.000,00, no passivo.

b) R\$ 29.800.000,00, no passivo.

c) R\$ 30.000.000,00, no passivo.

d) R\$ 30.000.000,00, no ativo.

e) R\$ 30.000.000,00 no passivo e uma redução no patrimônio líquido de R\$ 200.000,00.

228. A Cia. de Minérios S.A. possuía, em 31/12/2015, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era composto por:

Valor de custo: R\$ 1.500.000,00

Perda por impairment (reconhecida em 2014): R\$550.000,00

Para elaborar as suas demonstrações contábeis de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2015 e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 1.050.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 880.000,00

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. de Minérios S.A., em 31/12/2015, referente a este ativo foi, em reais, de

- a) 1.050.000,00.
- b) 880.000,00.
- c) 950.000,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 780.000,00.

229. A empresa Vende Tudo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negocou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Vende Tudo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Vende Tudo S.A. teria recebido R\$188.500,00.

Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Vende Tudo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

230. Em 31/12/2023, a Cia. Paulista adquiriu 80% das ações da Cia. América por R\$12.000.000,00 à vista. Este valor era igual ao valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição. Em 2024, a Cia. América apurou prejuízo de R\$200.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$100.000,00 em função de lucros passados. Com base nestas informações, a Cia. Paulista reconheceu, em reais, em sua Demonstração de Resultados de 2024, referente a este investimento:

- a) receita de dividendos de 80.000,00.
- b) resultado de equivalência patrimonial de 40.000,00, positivo.
- c) resultado de equivalência patrimonial de 160.000,00, positivo.
- d) resultado de equivalência patrimonial de 160.000,00, negativo.
- e) resultado de equivalência patrimonial de 160.000,00, negativo, e receita de dividendos de 80.000,00.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

231. À luz da NBC TSP – Estrutura Conceitual, estão compreendidos no conceito de entidades do setor público e, portanto, devem aplicar as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, exceto:

- a) autarquias
- b) estatais dependentes
- c) consórcios públicos
- d) estatais independentes
- e) agências

232. Nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual, os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) fornecem informações sobre a situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa. A informação sobre o desempenho

- a) contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade.
- b) indica como a entidade arrecadou e utilizou os recursos durante o período.
- c) pode subsidiar as avaliações sobre a conformidade da entidade com o que foi definido pelos responsáveis pela gestão financeira.
- d) possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório.
- e) auxilia os usuários a determinar se os custos operacionais foram financiados pelo aumento do nível de endividamento da entidade.

233. O Município Audazes dos Pampas arrecadou impostos concomitante ao fato gerador. Assinale a opção que indica a contabilização, no âmbito da natureza de informação de controle, dessa arrecadação:

- a) Débito 1.1.1.x.x.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)
Crédito 4.1.x.x.xx VPA – Impostos, taxas e contribuições de melhoria
- b) Débito 4.1.x.x.x.xx VPA – Impostos, taxas e contribuições de melhoria
Crédito 1.1.1.x.x.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)
- c) Débito 8.2.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos
Crédito 7.2.1.1.x.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
- d) Débito 7.2.1.1.x.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
Crédito 8.2.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos
- e) Débito 6.2.1.1.x.xx Receita a Realizar
Crédito 6.2.1.2.x.xx Receita Realizada

234. À luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) acerca dos procedimentos de redução ao valor recuperável, analise as assertivas a seguir:

- I – Os ativos tributários diferidos seguem os procedimentos contábeis descritos no MCASP no contexto da contabilização da redução ao valor recuperável.
- II – Independentemente de ser gerador de caixa ou não, o ativo é objeto de redução ao valor recuperável quando o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável.
- III – As despesas de vendas, no contexto da definição de valor recuperável, são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo, com exceção das despesas financeiras e de tributos sobre a renda.

Está(ão) Correta(s):

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) I e III, apenas
- e) I, II e III

235. Acerca das disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa, pode-se afirmar corretamente, exceto:

- a) Os fluxos de caixa incluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa.
- b) Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.
- c) A gestão de caixa exclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.
- d) Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade.

e) Para fins de padronização optou-se pela utilização no método indireto como obrigatório para todos os entes da Federação.

236. Considerando a correta classificação das contas no balanço patrimonial no contexto do setor público, assinale a opção que indica uma conta a ser classificada no ativo circulante:

- a) Adiantamentos de Clientes
- b) Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital
- c) Ações em Tesouraria
- d) Transferências Fiscais
- e) Ativo Não Circulante Mantido para Venda

237. As bases de mensuração para os ativos e passivos possuem a finalidade de refletirem, de forma mais adequada, os custos dos serviços, a capacidade operacional e financeira da entidade, de maneira que seja útil à prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão dos usuários da informação contábil. À luz da NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção que indica uma base de mensuração de passivo, observável e não específica à entidade:

- a) custo histórico
- b) valor de mercado
- c) preço presumido
- d) custo de liberação
- e) custo de cumprimento

238. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a conta contábil

- "Desvalorização e Perdas de Ativos" pertence à natureza da informação de controle.
- "Atos Potenciais Passivos" pertence ao grupo denominado Passivo Circulante.
- "Execução de Restos a Pagar" representa um grupo da classe "passivo circulante".
- "Execução da Dívida Ativa" representa um grupo da classe "controles credores".
- "Apuração de Custos" pertence à classe "variação patrimonial diminutiva".

239. Para responder a questão, considere as informações a seguir que foram extraídas das demonstrações contábeis do Município Audazes dos Pampas. As informações são referentes ao exercício financeiro de 20X2 e os valores estão expressos em reais (R\$).

Receita Orçamentária Atualizada	56.000,00
Receita Orçamentária Realizada	48.000,00
Dotação Orçamentária Atualizada	61.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada	59.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada	58.100,00
Despesa Orçamentária Paga	42.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Pagos.	3.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados inscritos em 31/12/20X1	69.000,00

De acordo com a Lei n. 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 20X2 foi

- deficitário de R\$ 11.000,00
- superavitário de R\$ 6.000,00
- superavitário de R\$ 14.000,00
- deficitário de R\$ 7.100,00
- deficitário de R\$ 10.100,00

240. Os dados a seguir foram extraídos das demonstrações contábeis do Município Audazes dos Pampas e são referentes ao exercício financeiro de 20X5, valores em R\$:

Previsão Atualizada da Receita Orçamentária.....	89.500.000,00
.....Receita Orçamentária Arrecadada.....	80.000.000,00
.....Dotação Atualizada da Despesa Orçamentária.....	88.500.000,00
.....Despesa Orçamentária Empenhada.....	79.500.000,00
.....Transferências Financeiras Recebidas.....	40.000.000,00
.....Transferências Financeiras Concedidas.....	9.000.000,00
.....Devolução de Depósito Caução.....	450.000,00
.....Pagamento de Restos a Pagar.....	2.050.000,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados em 31/12/20X5.....	4.000.000,00
Reconhecimento de Ganhos com Alienação de Imobilizado.....	10.000,00
Com base nesses dados, o resultado financeiro evidenciado no balanço financeiro referente ao ano de 20X5 foi positivo, em reais,	
a) 34.450.000,00.	
b) 34.400.000,00.	
c) 29.000.000,00.	
d) 33.000.000,00.	
e) 33.010.000,00.	

Estudo de Caso

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva

A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) representa um marco significativo na proteção da privacidade e dos direitos dos cidadãos brasileiros em relação aos seus dados pessoais. Esta legislação estabelece diretrizes rigorosas para a coleta, processamento e armazenamento de informações pessoais por parte de empresas e organizações.

Com base no texto motivador acima, redija um texto sobre o tema:

O Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na Sociedade Brasileira

Ao desenvolver seu texto, aborde necessariamente os seguintes aspectos:

- 1) Discuta o impacto da LGPD na sociedade brasileira, abordando questões como a proteção da privacidade, a transparência nas práticas de tratamento de dados; os desafios enfrentados pelas empresas para se adequarem à legislação e o papel das autoridades reguladoras na garantia do cumprimento da lei.
- 2) Reflita sobre os benefícios e desafios da implementação da LGPD e como essa legislação pode influenciar as relações entre empresas e consumidores no Brasil.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Redação

A inteligência artificial, com sua capacidade de processamento de dados e tomada de decisões autônomas, desponta como uma poderosa ferramenta de transformação em nossa sociedade. No entanto, junto com esse avanço tecnológico, emergem questões complexas e desafiadoras que precisam ser enfrentadas de forma ética e responsável.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

OS DESAFIOS ÉTICOS E MORAIS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOCIEDADE

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>